



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O ano de 2010 foi marcante para a EDP Escelsa, ano em que honramos nossos compromissos junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, atuando de forma sustentável e com foco na execução e obtenção de resultados.

O consumo de energia elétrica no ano de 2010 foi marcado pela retomada do crescimento da economia, com aumento de renda e queda do desemprego. A evolução econômica do Estado do Espírito Santo sobressaiu no contexto brasileiro, com crescimento de 12,6%, quando comparado com o ano anterior, segundo dados do Instituto Jones Santos Neves, com destaque para o segmento industrial devido à forte recuperação no período pós-crise. Os setores que mais contribuíram para o aumento do consumo de energia elétrica foram extração mineral, metalurgia, produtos de minerais não metálicos e produtos químicos.

O lucro líquido alcançado foi de R\$ 178,6 milhões, representando um aumento de 15,0% em relação ao ano anterior. A receita operacional líquida cresceu 11,0%, atingindo 1.503,48 milhões e o EBITDA do período foi de R\$ 356,38 milhões, representando um aumento de 6,3% em relação ao resultado obtido no ano anterior.

O que diz respeito aos aspectos internos, fruto do crescimento econômico do Estado do Espírito Santo, acima da média brasileira, destaca-se o aumento da energia vendida pela EDP Escelsa que, em 2010, atingiu o montante de 5.211,89 GWh, o que representa um acréscimo de 6,8% em relação ao ano anterior. Nas classes residencial, comercial, industrial e rural verificou-se um aumento significativo no fornecimento de energia elétrica de 5,9%, 5,5%, 11,4% e 7,9%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A energia distribuída aos clientes livres teve crescimento de 38,5%. No total, a energia distribuída atingiu o montante de 9.439,12 GWh, com crescimento de 17,7%.

A revisão tarifária periódica, que ocorreu em 07 de agosto de 2010, reposicionou as tarifas da EDP Escelsa em 7,19%. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste médio das tarifas de energia elétrica foi de 0,21%. Este percentual terá efeitos de 07 de agosto de 2010 a 06 de agosto de 2011.

Em 2010, os investimentos feitos pela EDP Escelsa totalizaram R\$ 187,8 milhões, líquidos dos recursos recebidos a título de obrigações especiais, demonstrando o comprometimento da empresa com o desenvolvimento econômico-social do Estado do Espírito Santo. Dentre estes, estão à construção de sete novas subestações e ampliações de outras oito, com a instalação de 247 MVA's no sistema, além de investimentos na expansão da rede elétrica, no melhoramento de linhas e redes de distribuição, no combate às perdas não técnicas e no Programa Luz para Todos. Como consequência desses investimentos e das ações de manutenção preventiva realizadas no sistema de distribuição, os indicadores técnicos que medem a continuidade no fornecimento de energia, DEC e FEC, que representam a duração e a frequência do desligamento, respectivamente, melhoraram em relação ao ano anterior e apresentam resultados em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL.

As perdas totais tiveram uma redução expressiva de 1,53 p.p., passando de 15,54% em 2009 para 14,01%, em 2010, como resultado da implementação de um Plano Integrado de Combate às Perdas, que englobou todas as ações que contribuem para esse fim. As perdas não técnicas reduziram-se em 1,06 p.p., passando de 6,78% para 5,72% e as perdas técnicas reduziram-se 0,47 p.p., passando de 8,76% para 8,29%.

No âmbito do Programa de Eficiência Energética, destaca-se o Projeto Boa Energia na Comunidade implementada desde 2008, com o objetivo de aumentar a eficiência energética e promover o uso racional e seguro da energia elétrica, em residências de baixa renda. O Programa já atendeu mais de 210 bairros na Grande Vitória, dos quais 55 em 2010, com ações de regularização de ligações clandestinas, de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica e doação de lâmpadas fluorescentes eficientes.

A EDP Escelsa destacou-se também na área de Inovação, lançando a primeira rede de recarga de veículos elétricos do Brasil, com 10 postos de abastecimento em 05 localidades do Espírito Santo, dedicados a utilização de 45 bicicletas doadas à polícia militar.

No que diz respeito aos projetos sociais, destacam-se os investimentos socioculturais, os quais promoveram a inclusão de milhares de pessoas nos municípios que compreendem a área de atuação da EDP Escelsa. Com foco na educação, cultura, desenvolvimento local e assistência social, a empresa investiu cerca de R\$ 1 milhão, incentivou a integração de colaboradores junto às comunidades, por meio de programa de voluntariado e implementou inúmeras campanhas de conscientização sobre o uso correto e seguro da energia elétrica. Merecem destaque os programas EDP nas Escolas, EDP Solidária, EDP Amiga da Criança, Letras de Luz e Formação de Jovens Eletricistas. Essa atuação garantida, pelo décimo primeiro ano consecutivo, a conquista do selo Empresa Amiga da Criança, certificação da Fundação Abrinq.

Em 2010, a EDP Escelsa atingiu um índice de satisfação de 74,6%, destacando-se no ISG (Índice de Satisfação Geral), avaliado em 83,9%, valor acima da média ABRADÉE.

A EDP Escelsa recebeu, em 2010, o troféu Ouro, pela terceira vez, no Prêmio Qualidade Espírito Santo, distinguindo a distribuidora como uma das empresas que alcançaram níveis de excelência de gestão. Também conquistou, no Prêmio Marcas de Valor, promovido pelo Jornal A Gazeta, a melhor pontuação no segmento de concessão de serviços públicos.

Em suma, no ano de 2010, a EDP Escelsa reforçou o seu plano de investimentos, conferindo maior solidez ao sistema elétrico, melhorando a qualidade do serviço prestado e o nível de perdas.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo. Nossos desafios terão continuidade em 2011 e, por isso, manteremos a política de rígida gestão financeira, sem abrir mão da qualidade e segurança dos serviços prestados, empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente do Conselho de Administração

Conselho de Administração

Presidente: Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro: Agostinho Gonçalves Barreira
Conselheiro: Luiz Otávio Assis Henriques
Conselheiro: Miguel Dias Amaro
Conselheiro: Dante Segundo Pancini Pola

Diretoria

Diretor Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Vice-Presidente Executivo: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Técnico e de Ambiente: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Comercial: Carlos Yoshio Motoki
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor de Regulação: Donato da Silva Filho
Diretor de Sustentabilidade: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A economia do Espírito Santo apresentou em 2010 índices de crescimento acima dos registrados no país. Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves, o PIB capixaba cresceu 13,3% no acumulado até o terceiro trimestre de 2010, comparado ao mesmo período do ano anterior. Na mesma base de comparação a economia brasileira chegou a 8,4% de crescimento, segundo dados do IBGE.

A taxa de crescimento estadual entra em consonância com as registradas no período pré-crise, quando apresentava um crescimento médio de 14,8% a.a. Isso revela a recuperação da economia estadual mais intensa do que a média nacional. Uma explicação para esse padrão está no cenário macroeconômico favorável e nos fatores específicos da conjuntura estadual, como por exemplo, o aumento na participação das exportações de petróleo e gás na pauta comercial do Espírito Santo. Além do petróleo, continuam representativos e em grande crescimento as exportações de minério de ferro, produtos químicos e pedras ornamentais. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), a balança comercial estadual encerrou 2010 positivamente em US\$ 4,6 bilhões, sendo que as exportações cresceram 83,6% e importações 38,5%.

Segundo o IBGE, a produção industrial do Espírito Santo obteve um crescimento acumulado de 24,9% nos primeiros 11 meses de 2010, em relação ao mesmo período de 2009, alcançando o primeiro lugar entre as taxas de desenvolvimento dos estados brasileiros e, inclusive, em relação à média de desenvolvimento nacional, que, por sua vez, atingiu um nível de crescimento acumulado de 11,1%. Com este resultado, o nível de produção de 2010 ultrapassou os patamares anteriores à crise. Em relação à evolução do emprego formal no Espírito Santo, o saldo líquido de postos de trabalho no acumulado até setembro de 2010 chegou a 35.054 empregos, 7,1% a mais que a média registrada no mesmo período entre 2006 e 2008, segundo o IBGE. Entre 2008 e 2009 a renda domiciliar per capita cresceu 3,9% no Espírito Santo, acima da média brasileira (1,4%) e acima da média do Sudeste (0,2%), de acordo com IJSN.

3. A EDP ESCELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A EDP Escelsa, empresa de capital aberto, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de abril de 2005.

A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², aproximadamente 90% do Estado e a 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

4. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldo		Var. %
		Dez/10	Ajustado	
Financeiros				
Ativo Total	R\$ mil	2.292.522	2.132.583	7,5
Patrimônio Líquido	R\$ mil	810.083	774.465	4,6
Dívida Líquida (1)	R\$ mil	595.114	624.658	(4,7)
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,7	0,8	(0,1)
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	1,7	1,9	(0,2)
Janeiro - Dezembro				
Descrição	unidade	2010	Ajustado	Var. %
Resultados				
Receita Bruta	R\$ mil	2.522.778	2.229.763	13,1
Receita Líquida	R\$ mil	1.503.482	1.353.978	11,0
Gastos Gerenciais e Não Gerenciais	R\$ mil	1.250.428	1.108.709	12,8
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	253.054	245.269	3,2
EBITDA (2)	R\$ mil	356.386	335.221	6,3
Resultado Financeiro	R\$ mil	(4.802)	(42.016)	(88,6)
Outros Resultados	R\$ mil	(1.626)	(3.304)	(50,8)
Resultado antes de Impostos	R\$ mil	246.626	199.949	23,3
Lucro Líquido	R\$ mil	178.567	155.223	15,0
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	23,7%	24,8%	-1,1 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	11,9%	11,5%	0,4 p.p.
Operacionais				
Energia Distribuída	MWh	9.439.119	8.021.491	17,7
Energia Vendida a Clientes Finais Residencial	MWh	5.211.888	4.879.173	6,8
Industrial	MWh	1.812.511	1.711.638	5,9
Comercial	MWh	1.064.096	954.979	11,4
Rural	MWh	1.143.647	1.084.490	5,5
Outros	MWh	579.539	537.111	7,9
Outros	MWh	612.095	590.955	3,6
Suprimento e Outras Concessionárias	MWh	455.667	417.047	9,3
Consumo Próprio	MWh	9.128	8.994	1,5
Energia em Trânsito	MWh	3.762.436	2.716.277	38,5
Investimentos Líquidos (3)	R\$ mil	187.825	183.513	2,3
Número de Clientes Finais	mil	1.237.731	1.185.451	4,4
Número de Colaboradores (4)	Unidade	966	956	1,0
Produtividade (MWh distribuído/empregado)	MWh	9.771	8.391	16,5
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	8,95	11,44	(21,7)
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	6,26	6,91	(9,4)

- (1) Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários.
- (2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional.
- (3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais.
- (4) Considera quantidade de colaboradores + diretores estatutários.

(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

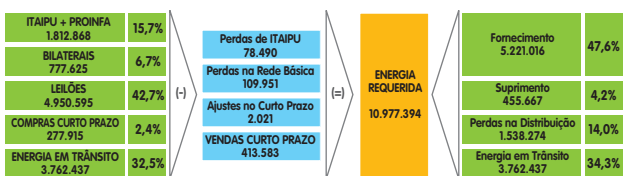
Em 2010 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL procedeu à quinta Revisão Tarifária Periódica da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESELSA (EDP Escelsa) para vigor no período de agosto de 2010 a julho de 2013, conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa 338/2008 e no Contrato de Concessão. Em 03 de agosto de 2010, através da Resolução Homologatória 1.039/2010, a ANEEL homologou de forma definitiva a quinta revisão tarifária periódica da EDP Escelsa, com um reposicionamento médio das tarifas em 7,19% para o período de 07 de agosto de 2010 a 06 de agosto de 2011. Em agosto de 2011 e agosto de 2012 estão previstos reajustes anuais das tarifas da EDP Escelsa, conforme Contrato de Concessão. No processo de revisão foram estabelecidos pela ANEEL os seguintes valores:

- (i) Empresa de Referência: R\$ 269,3 milhões.
 - (ii) Base de Remuneração Regulatória Líquida: R\$ 1.297,1 milhões.
 - (iii) Componente Xe do Fator X: índice a ser utilizado no cálculo dos reajustes tarifários anuais de 2011 e 2012, de 0,95 %.
- Considerando os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da EDP Escelsa, associados à recuperação da diferença de receita de reajustes anteriores, o reajuste médio anual tarifário resultou em um efeito médio de 0,21 % a ser percebido pelos consumidores cativos.

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 Balanço Energético - MWh

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo. A energia requerida foi de 10.977 GWh, apresentando um aumento de 15,6% em relação a 2009.



6.2 Compra de Energia

A energia requerida foi de 7.819 GWh, superior em 9,6% à de 2009. Deste montante, as compras compradas de Itaipu e do PROINFA representam 15,7%, as compras no ACR (CEAR e Contrato de Ajuste) 42,7%, os Contratos Bilaterais 6,7% e o Curto Prazo 2,4%.

6.3 Energia Distribuída

A energia distribuída pela EDP Escelsa apresentou uma elevação de 17,7% no período analisado, totalizando 9.439,12 GWh acumulados no período findo em 31 de dezembro de 2010.

Receita Operacional Líquida	Janeiro - Dezembro		R\$ Mil	
	2010	2009	2010	2009
Fornecimento				
Residencial	1.812.511	1.711.638	607.898	553.903
Industrial	1.064.096	954.979	288.614	259.370
Comercial	1.143.647	1.084.490	369.742	349.590
Rural	579.539	537.111	111.972	101.499
Outros (1)	612.095	590.955	154.917	146.035
(-) Transf. para Energia Trânsito (2)			(883.284)	(854.568)
Energia Forn. Clientes Finais				
Suprimento Convencional	455.667	417.047	59.496	41.716
(+) Transf. de Forn. Clientes Finais (2)			883.284	854.568
Energia em Trânsito Consumo Próprio	3.762.436	2.716.277	267.034	224.526
	9.128	8.994		
Total Energia Distribuída	9.439.119	8.021.491	1.859.673	1.676.639
Fornecimento não faturado (3)			14.205	38.494
Outras Receitas			71.815	3.477
(-) Deduções à receita operacional			(442.211)	(364.632)
Receita Operacional Líquida				
	9.439.119	8.021.491	1.503.482	1.353.978

- (1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público
- (2) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos clientes finais
- (3) Fornecimento Não Faturado inclui ajustes regulatórios à receita

A classe Residencial apresentou crescimento de 5,9% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo crescimento de 4,3% na base de clientes e maior consumo unitário. Na classe Industrial, verificou-se um crescimento de 11,4% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete, principalmente, a recuperação da crise mundial.

A classe Comercial apresentou crescimento de 5,5% no fornecimento de energia (MWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

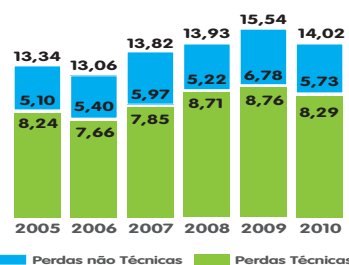
A classe Rural apresentou um crescimento de 7,9% no fornecimento de energia (MWh) no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, apresentando um crescimento de 7,1% da base de clientes. As demais classes apresentaram um crescimento de 3,6% no fornecimento de energia (MWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior.

6.4 Perdas Técnicas e não Técnicas

As perdas totais em 2010 foram de 14,02%, abaixo em 1,52 p.p em relação a 2009. E as perdas técnicas reduziram 0,47 p.p. passando de 8,76% para 8,29%. Para esta redução contribuíram os fortes investimentos realizados na expansão da rede. No ano de 2010, a EDP Escelsa investiu R\$ 48,4 milhões na expansão do sistema elétrico para atendimento ao crescimento do mercado, com a construção de 7 novas subestações, ampliação de outras 8 subestações existentes, totalizando 247 MVA de capacidade instalada, 20 novos alimentadores, bem como a instalação de compensação reativa na rede de média tensão.

O nível de perdas foi também influenciado, positivamente, pela entrada em operação da Subestação Verona, da Rede Básica, na região noroeste do Estado e pela recuperação da energia distribuída aos clientes livres e, negativamente, pela ocorrência de inversão de fluxo, de origem sistêmica, originado pelos elevados despacho de geração térmica na área Rio de Janeiro, combinado com baixa geração hídrica registrada na região leste da área Minas Gerais, num cenário energético, com a região Sul/Sudeste exportando para a região Norte/Nordeste.

Como resultado dessa inversão sistêmica de fluxo, verificou-se, em regime normal de operação, o aumento considerável no carregamento das Linhas de Distribuição de 138 kV da EDP Escelsa que interligam a região da Grande Vitória com a região norte do Estado do Espírito Santo, provocando um aumento das perdas técnicas no sistema. A redução de perdas técnicas verificada em 2010 foi também influenciada pelos fortes investimentos realizados em 2009, na expansão do sistema para atendimento ao crescimento do mercado, totalizando R\$ 48,3 milhões, com destaque para a instalação de 278 MVA de capacidade instalada nas subestações, mediante a construção de 3 novas subestações e ampliação de outras 9, complementada com a construção de 12 novos alimentadores. Importante destacar que, nos dois últimos anos, foram instalados 525 MVA de transformação nas subestações da EDP Escelsa, correspondendo a 19,3% da capacidade anteriormente instalada.



6.5 Combate às Perdas não Técnicas

O expressivo resultado alcançado na redução das perdas não técnicas da EDP Escelsa, de 6,78% em 2009, para 5,73% em 2010, decorreu do desenvolvimento e execução de um Plano de Recuperação de Perdas Não Técnicas formado por um conjunto de seis Programas, que sistematizou e integrou todas as ações que contribuíram para a redução das perdas não técnicas, decorrentes de fraude, furto, manipulação e falhas. Nesse plano destaca-se o Programa de Combate às Perdas que integrou as ações de investimentos, eficiência energética e de fiscalização, com aplicação de R\$ 48,5 milhões, assim destinados, R\$ 31,7 milhões em investimentos em Substituição de 53 mil medidores eletromecânicos, com índice de falha ou possibilidade de manipulação, por medidores eletrônicos, que já representam 298 mil medidores, 23,2% do atual parque de medidores da EDP Escelsa, instalação de 620 conjuntos de medição externa com telemedição em unidades consumidoras atendidas em média tensão, instalação de rede de distribuição isolada para dificultar a fraude, abrangendo 36 mil unidades consumidoras no ano e, nos últimos três anos,

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

mais de 72 mil unidades foram abrangidas, dentro do programa de combate às fraudes, instalação de moderno Centro de Medição que, por meio de software e pessoal habilitado, monitora, em tempo real, as unidades consumidoras com telemetria, em toda área de concessão da EDP Escelsa, identificando irregularidades e despachando equipes de campo para verificação local. Além de mais R\$ 10,2 milhões em fiscalização sendo 179,5 mil inspeções em unidades consumidoras, mais 116 mil retiradas de ligações clandestinas, com remoção de 10 toneladas de fios e gambiarras. Foram custeados mais R\$ 6,6 milhões aplicados em ações de eficiência energética, gerando 7 mil unidades consumidoras clandestinas e inativas regularizadas em 55 bairros da Grande Vitória, com ações para o uso eficiente e seguro de energia elétrica em 45 mil unidades consumidoras de baixa renda, totalizando 18,6 mil unidades consumidoras regularizadas nos últimos três anos, doação de 127 mil lâmpadas fluorescentes compactas, mais eficientes, em substituição de lâmpadas incandescentes, totalizando 442 mil lâmpadas doadas em três anos, doação de 6,7 mil kits composto de fios, tomadas, disjuntor, interruptores para instalação elétrica interna da moradia do beneficiário, num total de 14,6 mil kits em três anos e doação e instalação de 9 mil padrões de entrada, perfazendo 26,9 mil nos últimos três anos.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Escelsa tem diversos canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação com os clientes: *call center*, agências de atendimento presencial em 46 municípios, atendimento personalizado para os clientes de média e alta tensão e dos poderes públicos, internet e agentes comerciais. Além desses canais, há uma estrutura de Ouvidoria, que tem a atribuição de acolher as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações além da intermediação com a Ouvidoria da ANEEL e com os Órgãos de Defesa do Consumidor.

Para garantir um atendimento de qualidade a EDP Escelsa conta com uma moderna Central de Atendimento Telefônico (*Call Center*), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana e está estruturada para atendimentos de emergências e comerciais, com opção de atendimento humano e eletrônico. Em 2010, foram 2,1 milhões de ligações por esse canal para se comunicar com a empresa.

A EDP Escelsa possui 46 agências de atendimento e 110 agentes comerciais distribuídos na área de concessão, além da disponibilização de serviços por meio da internet, que totalizaram 3,2 milhões de atendimentos. Para os clientes de média e alta tensão, além do atendimento telefônico personalizado e internet, o relacionamento é realizado também por Gestores de Clientes. Os órgãos públicos contam com uma estrutura de atendimento dedicada, com opção de atendimento telefônico, eletrônico ou presencial, o que torna mais ágil o processamento das demandas dos poderes públicos.

As necessidades desses clientes são identificadas através de visitas periódicas aos órgãos, permitindo a elaboração de projetos em parceria e o desenvolvimento de produtos e serviços específicos destinados a este segmento.

Para aprimorar o relacionamento com nossos clientes, em 2010 foram consolidados os procedimentos relativos ao Sistema Comercial SAP/CCS/CRM, modernizadas as agências de atendimento localizadas nos municípios de São Mateus, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Castelo, implantado novo *Call Center*, implementadas melhorias nos canais de relacionamento com os clientes de média e alta tensão e implantado o *Call Center* na Ouvidoria.

7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa ABRADEE

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a Empresa participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Inovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes.

Em 2010, a EDP Escelsa atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 74,6%. O ponto da pesquisa a destacar é o ISG - índice de Satisfação Geral avaliado em 83,9%, ficando acima da média ABRADEE (78,0%).

8. INVESTIMENTOS

Os investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$ 187,82 milhões, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento, entretanto estão sendo considerados R\$ 12,68 milhões relativos aos juros financeiros para atendimentos as normas de contabilização internacional (IFRS).

	Janeiro - Dezembro		
Investimento - R\$ Mil	2010	2009	Var. R\$ Mil
Expansão de Rede	95.493	93.278	2.215
Melhoramento da Rede	30.397	46.302	(15.905)
Universalização	23.687	32.637	(8.950)
Telecom., Informática e Outros	65.023	49.214	15.809
Subtotal	214.600	221.431	(6.831)
(-) Obrigações Especiais (1)	(26.775)	(37.918)	11.143
Investimento Líquido	187.825	183.513	4.312

(1) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união estado e municípios nos projetos de investimentos.

8.1 Expansão de Rede

Para atendimento da demanda do mercado, foram investidos R\$ 95,5 milhões na expansão da rede elétrica, ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição. Destacam-se os investimentos para atender as seguintes regiões:

Na Grande Vitória, compreendendo a seguinte obra: Disponibilização do 2º transformador na subestação de Manguihos com a adição de dois novos circuitos de 15 kV. Na região sul a substituição dos transformadores das subestações Piúma e Afonso Cláudio e a construção da nova subestação Vila Rica para assegurar o atendimento aos mercados de Piúma, Afonso Cláudio e Cachoeiro de Itapemirim. Na região norte, destacamos as novas subestações Nova Aimoreis e Boa Esperança, a substituição dos transformadores das subestações Nova Venécia e Jaguaré e a elevação de tensão da SD Montanha. Tais obras vêm beneficiar o crescente mercado agropecuário e industrial na região.

8.2 Melhoramento de Rede

Os principais investimentos em melhoramento de linhas, substâncias e redes de distribuição totalizaram R\$ 30,4 milhões e consistiram na substituição de equipamentos, além do recondução de redes em final de vida útil e reposição de neutro. Foram substituídos trechos de rede nua de média e baixa tensão para rede protegida e isolada, garantindo maior disponibilidade, preservação do meio ambiente e segurança.

8.3 Universalização

O Programa Luz para Todos, assinado em maio de 2004, Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado do Espírito Santo e a EDP Escelsa, com interveniências da Eletrobrás e ANEEL. Na área urbana foram realizados, de 2004 a 2010, atendimentos em todos os municípios da área de concessão. No mesmo período, na área rural, o Programa Luz para Todos atendeu a 49,6 mil novos clientes. Em 2010, no Programa Luz para Todos, foram investidos, na quarta tranche, R\$ 23,7 milhões e realizadas 5,8 mil novas ligações, em cumprimento à meta acordada com o Ministério de Minas e Energia.

8.4 Tecnologia de Informação

Foram investidos o total de R\$ 3,5 milhões, sendo que R\$ 1,3 milhões referem-se às aquisições de Hardwares e Softwares necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações que visa à otimização e organização dos processos da organização. Além de diminuindo o risco de indisponibilidades e falhas por obsolescência. E ainda mais R\$ 2,2 milhões referem-se aos projetos necessários para atender as

obrigações Fiscais, Legais e Órgãos Regulatórios. O principal projeto investido refere-se à Adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS da EDP Escelsa para atender a homologação da nova resolução normativa ANEEL nº 414/2010, que trata da revisão da Resolução Normativa ANEEL nº 456/2000 que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica. A revisão também incorpora regras afins contidas em várias resoluções da ANEEL, como as resoluções nº 457/2000, nº 615/2002, nº 258/2003, nº 61/2004, nº 207/2006, nº 250/2007, nº 363/2009, nº 373/2009 e nº 384/2009, entre outras.

8.5 Automação e Telecomunicações Operativas

O investimento em automação, com substituição dos sistemas analógicos por digitais nas subestações da EDP Escelsa e a instalação de relógios na rede de Média Tensão e sua integração no SCADA, têm contribuído para a redução dos indicadores de qualidade DEC e FEC. Em 2010 foram adicionados 68 novos relógios telecomandados, totalizando 432 relógios telecomandados e telesupervisionados na rede Média Tensão. Foram, também, integradas ao Sistema de Supervisão e Controle sete novas subestações, totalizando 83 subestações telecomandadas e telesupervisionadas.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1 Indicadores de Performance

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacionais. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores DEC e FEC, que se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2010 registradas 8,95 horas e 6,26 interrupções, respectivamente.

Unidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DEC Horas	11,83	8,30	11,52	10,67	11,44	8,95
FEC Vezes	8,66	6,34	7,65	6,93	6,91	6,26

DEC = Duração equivalente de interrupções por clientes (horas - média cliente/ano)
FEC = Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano)

9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas da EDP Escelsa

Descrição	2010	2009	Var. %
Subestações			
Quantidade	83	77	7,8
Potência Instalada de Transformadores (MVA)			
Redes de Distribuição - Própria (Km)	57.870	56.934	1,6
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 KV)	2.211	2.707	(18,3)
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor a 69 KV)	47.073	45.833	2,7
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 kV)	8.586	8.394	2,3
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	84.853	78.389	8,2
Transformador de Distribuição-Urbano	21.094	20.684	2,0
Transformador de Distribuição-Rural	63.759	57.705	10,5
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	2.343	2.201	6,5
Potência Instalada na Distribuição-Urbano	1.414	1.355	4,4
Potência Instalada na Distribuição-Rural	929	846	9,8
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	584.511	506.380	15,4
Postes em Redes de Distribuição	584.511	506.380	15,4

Os pontos de interligação do sistema elétrico da EDP Escelsa com a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional são: três com Furnas, através da transformação 345/138 kV nas localidades de Pitanga (ST Vitória), no município da Serra-ES; Areinha (ST Viana), no município de Viana-ES e Campos-RJ (ST Campos), compartilhada com a Ampla; uma com a Cesa em 230/138 kV na ST Mascarenhas-ES, compartilhada com a UHE Mascarenhas, da Ennerg e mais recentemente, em julho de 2010, entrou em operação, no município de Nova Venécia, a ST Verona 230/138 kV de propriedade da ETES, totalizando assim cinco pontos de conexão com a Rede Básica de transmissão.

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Foram concluídos 8 e iniciados 15 novos projetos de P&D, totalizando 21 projetos em andamento com investimentos da ordem de R\$ 2,4 milhões. Entre os projetos iniciados neste ano, a EDP Escelsa destaca o projeto ClimaGrid, o qual pretende avaliar as influências das variáveis climáticas nas ocorrências nas redes de distribuição, além de estar participando de forma cooperada com outras distribuidoras de projetos relacionados às chamadas estratégicas da ANEEL, chamadas estas que trazem temas de grande relevância ao setor elétrico nacional e exigem um grande esforço conjunto e coordenado de várias Companhias do setor. A maioria dos resultados obtidos nos projetos de P&D foi divulgada à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas. Internamente, buscou-se disseminar o conhecimento obtido através da realização de seminários internos e cursos de capacitação aos colaboradores.

10.2 Eficiência Energética

No ano de 2010 foi concluído o projeto beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, onde foram substituídos e modernizados 86 aparelhos de ar condicionado, 11 refrigeradores de quarto e 108 chuveiros elétricos que passaram a ser aquecidos por 79 coletores solares instalados para absorver calor e armazená-lo em 3 tanques de água. Já no programa, em andamento, Boa Energia na Comunidade, visando aumentar a eficiência energética em residências de baixa renda de 55 bairros da Grande Vitória, foi promovida ação de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, doação de 127,2 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO, troca de 414 geladeiras ineficientes por outras com selo PROCEL de economia de energia, doação de 8.919 padrões de entrada residenciais e 6.680 kits com materiais elétricos a serem utilizados nas instalações internas. Iniciamos ainda, ações em 10 hospitais beneficentes, e, um projeto de eficiência energética em unidade de bombeamento d'água da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE - R\$ Mil	Janeiro - Dezembro		
	2010	2009	Var. %
Receita Operacional Bruta	2.522.778	2.229.763	13,1
(-) Deduções à Receita Operacional	(1.019.296)	(875.785)	16,4
(=) Receita Operacional Líquida	1.503.482	1.353.978	11,0
(-) Despesas Operacionais:	1.250.428	1.108.709	12,8
Gerenciáveis	367.698	353.238	4,1
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	93.400	86.241	8,3
Material	8.583	11.227	(23,6)
Serviços de terceiros	121.976	101.161	20,6
Depreciação e amortização	103.332	89.952	14,9
Provisão p/crd. liq. duvidosa/perdas líquidas	30.299	24.208	25,2
Provisões para contingências	4.530	949	377,3
Aluguéis e Arrendamentos	(9.757)	1.007	(1.068,9)
Outras	15.333	38.493	(60,2)
Não gerenciáveis	882.732	755.471	16,8
Energia elétrica comprada para revenda	677.630	608.344	11,4
Encargo de uso do sist. de transm. e distribuição	201.341	143.510	40,3
Taxa de Fiscalização e Programa Efic. Energética	3.761	3.617	4,0
(=) Resultado do Serviço	253.054	245.269	3,2
Margem do EBIT - %	16,8%	18,1%	-1,3 p.p.
EBITDA	356.386	335.221	6,3
Margem do EBITDA - %	23,7%	24,8%	-1,1 p.p.

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 11,0% no período findo em 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 1.503,48 milhões. A elevação verificada de R\$ 149,50 milhões pode ser decomposta da seguinte forma: i) crescimento de R\$ 293,02 milhões da receita bruta, devido ao aumento do fornecimento de energia dos clientes cativos, uso do sistema da rede e suprimentos sendo a variação de R\$ 224,68 milhões e R\$ 68,34 milhões de outras receitas; ii) aumento das deduções da receita operacional em R\$ 143,51 milhões, sendo a principal variação dos impostos e contribuições de R\$ 121,41 milhões e outras deduções em R\$ 22,10 milhões.

A receita de fornecimento a clientes finais (líquida de ICMS) apresentou um incremento de 16,9% no período findo em 31 de dezembro de 2010, atingindo R\$ 649,86 milhões, já contemplando a dedução de R\$ 883,28 milhões de receita de uso das instalações. Já a receita considerando os clientes finais (clientes cativos) e a energia em trânsito (clientes livres) e suprimentos, totalizou R\$ 1.209,81 milhões, apresentando um aumento de 7,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 1.250,43 milhões no período acumulado até 31 de dezembro de 2010, superiores em 12,8% aos verificados no mesmo período do ano anterior. As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Escelsa, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, cresceram em 2010 R\$ 14,46 milhões, correspondente a 4,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as despesas operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" - CVA. As despesas não gerenciáveis totalizaram no período acumulado até 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 882,73 milhões, superior em 16,8% ao praticado no mesmo período do ano anterior.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R\$ 253,05 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2010, superior em 3,2% ao obtido em igual período no ano anterior. Verificou-se um aumento da margem líquida de 11,9% no período findo em 31 de dezembro de 2010 versus 11,5% no período findo em 31 de dezembro de 2009. O EBITDA do período foi de R\$ 356,39 milhões, superior em 6,3% ao obtido no mesmo período do ano anterior, entretanto a Margem EBITDA de 24,8% em 2009 para 23,7% no período acumulado até 31 de dezembro de 2010, devido ao aumento das Deduções à Receita (16,4%) terem sido maior que o crescimento da Receita Bruta (13,1%).

O Resultado Financeiro do período acumulado até 31 de dezembro de 2010, R\$ 4,8 milhões negativos, apresentou uma variação positiva de R\$ 37,21 milhões em relação ao ano anterior, devido principalmente ao aumento das receitas financeiras em R\$ 31,73 milhões, porém houve também aumento das despesas financeiras em R\$ 5,48 milhões. No período acumulado até 31 de dezembro de 2010, a EDP Escelsa apresentou um Lucro Líquido de R\$ 178,57 milhões, superior em 15,0% ao registrado em igual período do ano anterior.

11.1 Endividamento

Endividamento - R\$ Mil	Dez/10	Saldo em Dez/09	Var. %
Dívida Bancária (1)	751.153	732.815	2,5
(-) Disponibilidades	(156.039)	(108.157)	44,3
(=) Dívida bancária líquida	595.114	624.658	(4,7)

(1) Inclui Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Encargos financeiros e Operações de "Swap"

Em 31 de dezembro de 2010, a EDP Escelsa apresentou um endividamento bancário de R\$ 751,15 milhões, fechando o ano de 2010 2,5% superior em relação ao mesmo período de 2009. A dívida bancária da EDP Escelsa em 31 de dezembro de 2010 foi composta por R\$ 338,08 milhões de debêntures, R\$ 280,27 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES e outros bancos) e de R\$ 132,80 milhões de financiamentos junto à Eletrobrás e outros financiamentos (Cédula de Crédito Bancário).

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida representou 1,7 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,9 vezes em frente a 2009).

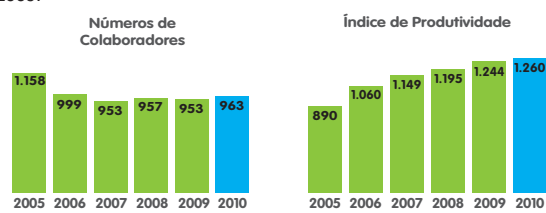
12. GESTÃO DE PESSOAS

Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Escelsa, durante o ano de 2010 realizamos ações baseadas nos três pilares do Programa de Desenvolvimento de Liderança: desenvolvimento, alinhamento e atualização. Com objetivo de promover a cultura organizacional da EDP, reestruturamos o programa de integração para novos colaboradores e lançamos o Projeto "Reforço Vencer", com o objetivo de aprofundar os conhecimentos dos colaboradores sobre os 5 comportamentos. Adicionalmente, reforçamos a nossa "Gestão de Ética" através do lançamento do treinamento e-learning sobre o tema e a entrega do Código de Ética para todos os colaboradores.

No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, entre outros. Asseguramos nossa estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, revisamos nossa Política de Cargos e Salários e aplicamos nossa política de mérito.

12.1 Força de Trabalho

O quadro de pessoal próprio da EDP Escelsa, ao final de 2010, era de 963 colaboradores e 3 diretores estatutários, totalizando 966. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.260, perante a 1.244 apresentado em 2009.



12.2 Programa de Benefícios

A EDP Escelsa dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

12.3 Capacitação e Desenvolvimento

A empresa possui um programa de Incentivo à educação formal individual, através da concessão de bolsas de estudos, conciliando as necessidades dos colaboradores e da EDP Escelsa, em cursos reconhecidos pelas autoridades de educação, técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e MBA. Em 2010, 73 foram contemplados com este benefício. Em capacitação, desenvolvimento, reciclagem e atualização dos colaboradores foram realizadas 87.555 horas de treinamento, com média de 90,7 horas por colaborador. Para prestadores de serviço foram realizadas 14.588 horas de treinamentos. Nos cursos para comunidade foram formados 157 novos profissionais.

12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão

Implantamos o sistema Rotas de Carreira na intranet para todos os colaboradores, com o objetivo de oferecer ferramentas e informações para o planejamento de sua carreira na EDP. Foram preenchidas 62 vagas, das quais 7,44% foram por Recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas de Especialista de Alta Performance e Jovem de Elevado Potencial, com aproveitamento de três Jovens de Elevado Potencial e um Especialista de Alta Performance, para o cargo de Gestor Operacional.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

12.5 Segurança no Trabalho

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

- (i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Escelsa a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.
- (ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2010 foi dado um grande enfoque à segurança no trabalho, o que resultou no aumento de 68% na quantidade de inspeções realizadas, com um total de 4.473 inspeções e 87 reuniões específicas de segurança. Houve um ligeiro aumento em relação às taxas de frequência e gravidade para a EDP Escelsa em relação a 2009, em que não houve registros destes índices, no ano de 2010 foram de 1,49 e de 14, respectivamente, ao tempo em que para as prestadoras de serviços, as taxas de frequência e gravidade foram 4 e 1.479 respectivamente.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

A EDP Escelsa manteve a continuidade das ações voltadas para a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos. Orientada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e por sua Política de Sustentabilidade, as iniciativas desenvolvidas abrangeram colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais, visando o aprofundamento do diálogo,

estabelecimento de parcerias e criação de valor compartilhado.

Em 2010, os programas socioculturais promovidos e apoiados pela Companhia receberam investimento de R\$ 1 milhão e beneficiaram mais de 60 mil pessoas. O programa EDP Solidária apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto à aproximadamente 1.370 pessoas. Com o EDP Cultura, fomentou a inclusão social por meio das artes, patrocinando peças teatrais e espetáculos culturais. Já o Programa EDP nas Escolas beneficiou, com a entrega de kit s escolares e higiene bucal, cerca de 2.100 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de 11 escolas públicas municipais. O Projeto Letras de Luz, cujo objetivo é incentivar o hábito e o gosto pela leitura, alcançou o número de 39 mil beneficiados.

A implementação dessas atividades contou com a participação do grupo de voluntários da EDP Escelsa, que dedicou seu tempo livre para a promoção da inclusão e da cultura nas comunidades. As práticas de excelência em responsabilidade social corporativa da EDP Escelsa foram fundamentais para a permanência da EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) pelo quinto ano consecutivo.

13.2 Meio Ambiente

Os gastos de natureza ambiental em 2010 da EDP Escelsa foram de R\$ 8,9 milhões, com foco na implantação do sistema de gestão ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na implantação de redes compactas e isoladas.

Em 2010, a Companhia apoiou diversos eventos ambientais externos, merecendo destaque a XXI Feira do Verde em Vitória, a VIII Feira da Terra em Vila Velha, a VIII Caminhada Passos do Sagüi em Vila Velha. Também teve importante participação na Semana da Família, evento promovido pela Igreja Católica de Jardim Camburi em Vitória, com a apresentação da

Palestra sobre Sustentabilidade e Família. Em comemoração ao Dia da Árvore, foram distribuídas aos colaboradores 900 mudas de espécies da flora silvestre do Espírito Santo.

Alinhada às diretrizes da Política de Biodiversidade da EDP e disposta a promover sua conservação, a EDP Escelsa iniciou as negociações para firmar Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, para a realização de reflorestamentos por intermédio do Banco de Áreas para Recuperação Florestal no Estado do Espírito Santo - BARFES.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

Prêmio Empresário Amigo do Esporte: Destaque pelo Ministério do Esporte como a empresa que mais contribuiu para projetos esportivos por meio da Lei de Incentivo ao Esporte no Espírito Santo - e ficou entre as três maiores investidoras no Espírito Santo.

Prêmio Qualidade Espírito Santo: Pelo terceiro ano consecutivo, a EDP Escelsa foi reconhecida com o Prêmio Ouro no Ciclo 2010, pelo PQES, uma das ações do Programa para Incremento da Competitividade Sistemática do Espírito Santo (Compete-ES).

Prêmio Gazeta Empresarial 2010: EDP Escelsa foi a empresa mais lembrada pelos clientes, conquistando o primeiro lugar e consolidando-se no segmento de empresas particulares que prestam serviços públicos. O levantamento é realizado pela TV Gazeta Sul, no município de Cachoeiro de Itapemirim (ES).

Prêmio IEL-ES de Boas Práticas de Estágio: pelo segundo ano consecutivo, prática de estágio realizada na EDP Escelsa conquistou o reconhecimento do Instituto Euvaldo Lodi, da Federação das Indústrias do Espírito Santo. A iniciativa premia os estudantes e homenageia as empresas e as instituições de ensino.

15. BALANÇO SOCIAL (Modelo Ibase)

1 - Base de Cálculo		2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais)¹		
Receita Líquida (RL)		1.503.482			1.353.978		
Resultado operacional (RO)		246.626			199.949		
Folha de pagamento bruta (FPB)		82.962			73.272		
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		6.729	8,11%	0,45%	7.054	9,63%	0,52%
Encargos sociais compulsórios		21.038	25,36%	1,40%	21.430	29,25%	1,58%
Previdência privada		5.564	6,71%	0,37%	4.385	5,98%	0,32%
Saúde		7.117	8,58%	0,47%	8.557	11,68%	0,63%
Segurança e saúde no trabalho		1.250	1,51%	0,08%	30	0,04%	0,00%
Educação		243	0,29%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Cultura		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		1.189	1,43%	0,08%	1.108	1,51%	0,08%
Creches ou auxílio-creche		30	0,04%	0,00%	115	0,16%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados		5.945	7,17%	0,40%	9.694	13,23%	0,72%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		615	0,74%	0,04%	1.361	1,86%	0,10%
Total - Indicadores sociais internos		49.720	59,93%	3,31%	53.734	73,33%	3,97%
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		399	0,16%	0,03%	499	0,25%	0,04%
Cultura		295	0,12%	0,02%	400	0,20%	0,03%
Saúde e saneamento		0	0,00%	0,00%	55	0,03%	0,00%
Esporte		0	0,00%	0,00%	140	0,07%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros		157	0,06%	0,01%	220	0,11%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade		851	0,35%	0,06%	1.314	0,66%	0,10%
Tributos (excluídos encargos sociais)		991.305	401,95%	65,93%	836.197	418,21%	61,76%
Total - Indicadores sociais externos		992.156	402,29%	65,99%	837.511	418,86%	61,86%
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		8.930	3,62%	0,59%	4.844	2,42%	0,36%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente		8.930	3,62%	0,59%	4.844	2,42%	0,36%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais"							
para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período²		966			953		
Nº de admissões durante o período		79			52		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		2.370			1.674		
Nº de estagiários(as)		92			86		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		494			449		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		222			216		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		11%			12%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (*)		219			218		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		7%			8%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		37			42		
6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial		2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		27,70			27,00		
Número total de acidentes de trabalho		16			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na Empresa 83.531	no Procon 6.106	na Justiça 2.419	na Empresa 73.039	no Procon 5.653	na Justiça 2.240
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 74%	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 77,7%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2010: 1.357.894			Em 2009¹: 1.177.645		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		74% governo 3% acionistas 10% retido	6% colaboradores(as) 7% terceiros		72% governo 3% acionistas 10% retido	6% colaboradores(as) 9% terceiros	
7 - Outras Informações							

(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

(1) Reajustados de acordo com a norma IFRS (Receita Líquida, Resultado Operacional, Tributos e DVA 2009).

(2) Em 2010 está sendo considerado a quantidade de colaboradores e diretores estatutários.

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

16. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS - Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010

No processo de convergência das normas internacionais de contabilidade destaca-se a aplicação da interpretação IFRIC 12 - Service Concession Arrangements, referente a contabilização das concessões de serviço público (correlacionada à interpretação técnica brasileira ICPC 01 - Contratos de Concessão), bem como o não reconhecimento

contábil dos ativos e passivos regulatórios, por não se enquadrarem ao IASB Framework (CPC - Estrutura Conceitual). A ANEEL considera que estes ajustes não representam o negócio das concessionárias e, portanto, editou a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, instituindo, assim, a contabilidade regulatória.

Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, segue abaixo a conciliação entre a demonstração financeira societária x regulatória.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)						
	2010			2009		
	Societário	Ajustes regulatórios	Regulatório (*)	Societário	Ajustes regulatórios	Regulatório (*)
ATIVO						
Circulante						
Consumidores e concessionárias	327.666	18.023	345.689	336.012	36.708	372.720
Despesas pagas antecipadamente	806	27.613	28.419	498	44.142	44.640
Outros ativos circulantes não afetados	370.544	-	370.544	285.837	-	285.837
	699.016	45.636	744.652	622.347	80.850	703.197
Não Circulante						
Ativo financeiro indenizável	242.520	(242.520)	-	178.981	(178.981)	-
Consumidores e concessionárias	14.873	22.528	37.401	13.519	19.215	32.734
Despesas pagas antecipadamente	-	26.517	26.517	-	18.100	18.100
Outros ativos não circulantes não afetados	327.426	-	327.426	318.919	-	318.919
	584.819	(193.475)	391.344	511.419	(141.666)	369.753
Investimentos	1.294	-	1.294	4.028	-	4.028
Imobilizado	273	1.146.224	1.146.497	273	1.051.275	1.051.548
Intangível	1.007.120	(903.704)	103.416	994.516	(872.294)	122.222
	1.008.687	242.520	1.251.207	998.817	178.981	1.177.798
Total do ativo	2.292.522	94.681	2.387.203	2.132.583	118.165	2.250.748

(*) Não Auditado

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)						
	2010			2009		
	Societário	Ajustes regulatórios	Regulatório (*)	Societário	Ajustes regulatórios	Regulatório (*)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante						
Passivos regulatórios	-	59.149	59.149	-	37.219	37.219
Outros passivos circulantes não afetados	703.572	-	703.572	603.921	-	603.921
	703.572	59.149	762.721	603.921	37.219	641.140
Não Circulante						
Passivos regulatórios	-	59.577	59.577	-	35.539	35.539
Outros passivos não circulantes não afetados	778.867	-	778.867	754.197	-	754.197
	778.867	59.577	838.444	754.197	35.539	789.736
Patrimônio Líquido						
Capital Social	376.022	-	376.022	376.022	-	376.022
Reservas de capital	101.035	-	101.035	101.035	-	101.035
Reservas de lucros	376.575	(24.045)	352.530	338.309	-	338.309
Ajustes de avaliação patrimonial	(43.549)	-	(43.549)	(21.265)	-	(21.265)
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	(19.636)	45.407	25.771
	810.083	(24.045)	786.038	774.465	45.407	819.872
Total do passivo e patrimônio líquido	2.292.522	94.681	2.387.203	2.132.583	118.165	2.250.748

(*) Não Auditado

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2010			2009		
	Societário	Ajustes regulatórios	Regulatório (*)	Societário	Ajustes regulatórios	Regulatório (*)
Receita Operacional	2.522.778	(54.420)	2.468.358	2.229.763	1.186	2.230.949
Dedução da Receita Operacional						
Encargos do consumidor	(199.519)	(7.650)	(207.169)	(177.419)	2.066	(175.353)
Impostos e contribuições sobre a receita	(819.777)	-	(819.777)	(698.366)	-	(698.366)
	(1.019.296)	(7.650)	(1.026.946)	(875.785)	2.066	(873.719)
Receita operacional líquida	1.503.482	(62.070)	1.441.412	1.353.978	3.252	1.357.230
Custo com energia elétrica	(878.971)	(650)	(879.621)	(751.854)	(37.260)	(789.114)
Custo de operação	(265.559)	-	(265.559)	(234.120)	-	(234.120)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.356)	-	(1.356)	(1.335)	-	(1.335)
Despesas Operacionais	(104.542)	493	(104.049)	(121.400)	(1.481)	(122.881)
Resultado do serviço	253.054	(62.227)	190.827	245.269	(35.489)	209.780
Resultado financeiro	(4.802)	(7.225)	(12.027)	(42.016)	(3.427)	(45.443)
Outros resultados	(1.626)	-	(1.626)	(3.304)	-	(3.304)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	246.626	(69.452)	177.174	199.949	(38.916)	161.033
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(68.059)	-	(68.059)	(44.726)	-	(44.726)
Lucro líquido do exercício	178.567	(69.452)	109.115	155.223	(38.916)	116.307

(*) Não Auditado

17. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a EDP Escelsa informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2010, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			Ajustado	Ajustado
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	156.039	108.157	107.027
Consumidores e concessionárias	6	327.666	336.012	271.452
Impostos e contribuições sociais	8	140.854	112.574	85.537
Estoques		10.322	3.903	5.637
Cauções e depósitos vinculados	11	39	49	1.801
Despesas pagas antecipadamente	7	806	498	547
Outros créditos	12	63.290	61.154	25.036
		699.016	622.347	497.037
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	13	242.520	178.981	138.299
Consumidores e concessionárias	6	14.873	13.519	9.315
Impostos e contribuições sociais	8	10.198	10.769	11.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	221.054	231.284	239.810
Partes relacionadas	10	31	1.241	4.719
Cauções e depósitos vinculados	11	95.286	74.036	83.964
Outros Créditos	12	857	1.589	2.594
		584.819	511.419	489.790
Investimentos	2.3.d	1.294	4.028	5.042
Imobilizado	14	273	273	273
Intangível	15	1.007.120	994.516	947.716
		1.008.687	998.817	953.031
Total do ativo		2.292.522	2.132.583	1.939.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2010	2009
			Ajustado
Receita operacional líquida	24	1.503.482	1.353.978
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(693.390)	(619.339)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	25	(185.581)	(132.515)
		(878.971)	(751.854)
Custo de operação			
Pessoal		(65.276)	(59.530)
Materiais e serviços de terceiros		(92.037)	(79.730)
Depreciações e amortizações		(100.104)	(87.014)
Outros custos de operação	25	(7.842)	(7.846)
		(265.559)	(234.120)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(1.144.530)	(985.974)
Lucro operacional bruto		357.596	366.669
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	25	(30.897)	(25.993)
Despesas gerais e administrativas	25	(60.287)	(86.386)
Depreciações e amortizações	25	(3.228)	(2.938)
Outras despesas operacionais	25	(10.130)	(6.083)
		(104.542)	(121.400)
Resultado do serviço		253.054	245.269
Receitas financeiras	26	88.693	56.960
Despesas financeiras	26	(93.495)	(98.976)
Resultado financeiro		(4.802)	(42.016)
Outras receitas		2.251	42
Outras despesas		(3.877)	(3.346)
Outros resultados		(1.626)	(3.304)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		246.626	199.949
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	(50.518)	(32.493)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	(17.541)	(12.233)
		(68.059)	(44.726)
Lucro líquido do exercício		178.567	155.223
Lucro básico por lote de mil ações - R\$		30.389,21	26.416,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010.

19. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Escelsa registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Escelsa.

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			Ajustado	Ajustado
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Fornecedores	16	197.878	173.489	144.055
Impostos e contribuições sociais	8	150.141	101.147	78.086
Dividendos	23.2	36.980	34.638	21.395
Debêntures	17	88.493	88.828	90.360
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	49.432	35.593	28.334
Benefícios pós-emprego	19	8.362	6.170	3.835
Obrigações estimadas com pessoal	20	15.733	16.334	14.532
Encargos regulamentares e setoriais	21	100.634	73.815	69.248
Provisões	22	1.346	1.297	-
Outras contas a pagar	12	54.573	72.610	48.588
		703.572	603.921	498.433
Não Circulante				
Impostos e contribuições sociais	8	40.916	35.789	33.579
Debêntures	17	249.592	337.541	424.829
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	363.636	270.853	183.825
Benefícios pós-emprego	19	88.363	68.870	51.593
Partes relacionadas	10	120	1.096	941
Encargos regulamentares e setoriais	21	5.221	6.495	2.261
Provisões	22	29.943	32.161	62.570
Outras contas a pagar	12	1.076	1.392	488
		778.867	754.197	726.507
Patrimônio líquido				
Capital social	23.1	376.022	376.022	376.022
Reservas de capital	23.3	101.035	101.035	101.035
Reservas de lucros	23.3	376.575	338.309	293.337
Ajustes de avaliação patrimonial	23.3	(43.549)	(21.265)	(4.732)
Prejuízos acumulados		-	(19.636)	(50.744)
		810.083	774.465	714.918
Total do passivo e patrimônio líquido		2.292.522	2.132.583	1.939.858

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009
		Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	178.567	155.223
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades		
Consumidores e concessionárias	26.272	25.839
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	17.541	12.232
Depreciações e amortizações	103.332	89.952
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	11.079	18.115
Fornecedores	3.968	17.613
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	66.596	64.240
Benefícios pós-emprego	(55)	(4.292)
Provisões para contingências	7.715	31.497
Encargos regulamentares e setoriais	16.404	15.367
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(14.451)	19.678
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	17.067	-
Outros	1.791	1.558
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(19.280)	(94.603)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(23.539)	(21.907)
Estoques	(8.254)	217
Cauções e depósitos vinculados	(6.789)	(7.998)
Despesas pagas antecipadamente	(308)	49
Outros créditos	(1.364)	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes da adoção das novas práticas	376.022	101.035	208.087			685.144
Ajuste adoção das novas práticas				(4.732)	(50.744)	(55.476)
Dividendos adicional proposto			85.250			85.250
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Ajustado)	376.022	101.035	293.337	(4.732)	(50.744)	714.918
Dividendos intermediários - AGE de 11/02/2009			(20.000)			(20.000)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2009			(85.250)			(85.250)
Reversão de dividendos - AGO de 23/12/2009			66.857			66.857
Lucro líquido do exercício					155.223	155.223
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			6.206		(6.206)	
Dividendos intermediários (JSCP)					(40.750)	(40.750)
Dividendo adicional proposto			77.159		(77.159)	
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(25.050)		(25.050)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				8.517		8.517
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado)	376.022	101.035	338.309	(21.265)	(19.636)	774.465
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2010			(77.159)			(77.159)
Lucro líquido do exercício					178.567	178.567
Destinação do lucro						
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE			4.159		(4.159)	
Constituição de reserva legal			7.947		(7.947)	
Dividendos intermediários (JSCP)					(43.506)	(43.506)
Dividendo adicional proposto			103.319		(103.319)	
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(33.764)		(33.764)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				11.480		11.480
Saldos em 31 de dezembro de 2010	376.022	101.035	376.575	(43.549)	-	810.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2010	2009 Ajustado	(Em milhares de reais)	2010	2009 Ajustado
Geração do valor adicionado	2.494.730	2.205.597	Distribuição do valor adicionado		
Receita operacional	2.522.778	2.229.763	Pessoal		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(30.299)	(24.208)	Remuneração direta	51.294	47.359
Outras receitas	2.251	42	Benefícios	19.392	17.453
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.122.197)	(994.960)	FGTS	6.376	6.960
Custos da energia comprada	(758.074)	(688.479)	Impostos, taxas e contribuições		
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(201.341)	(143.510)	Federais	428.861	337.966
Materiais	(8.583)	(11.227)	Estaduais	577.416	511.555
Serviços de terceiros	(121.976)	(101.161)	Municipais	1.367	1.145
Outros custos operacionais	(32.223)	(50.583)	Remuneração de capitais de terceiros		
Valor adicionado bruto	1.372.533	1.210.637	Juros	93.495	98.976
Depreciações e amortizações	(103.332)	(89.952)	Aluguéis	1.126	1.008
Valor adicionado líquido produzido	1.269.201	1.120.685	Remuneração de capital próprio	43.506	40.750
Receitas financeiras	88.693	56.960	Juros sobre capital próprio	1.222.833	1.063.172
Valor adicionado total a distribuir	1.357.894	1.177.645	Lucros retidos	135.061	114.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. **Contexto operacional**
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Companhia ou Escelsa), Companhia de capital aberto, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A., concessionária de serviço público de energia elétrica, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/1995 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
Em 26 de fevereiro de 2010 a Companhia assinou o Terceiro Termo Aditivo ao contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 001/1995 proposto pela ANEEL, alterando os procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da Parcela "A" da Receita Anual da Companhia a partir dos reajustes tarifários anuais de 2010.

2. **Práticas contábeis**
2.1. Base de apresentação
As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 18 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e legislação específica emanada pela ANEEL.
De acordo com o item nº 10 do CPC 26 a Companhia optou por apresentar os resultados abrangentes nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.
As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.
2.2. Demonstrações financeiras de 2009
Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL.
As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.
2.3. Resumo das principais práticas contábeis
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.
a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.
b) Contas a receber
• Consumidores e concessionárias (Nota 6)
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajus-

tadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:
(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;
(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 26);
(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);
(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.
Adicionalmente, foi efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias, e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.
• Ativo financeiro indenizável (Nota 13)
A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.
c) Estoques
Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.
d) Investimentos
Inclui os investimentos em terrenos e imóveis, avaliados ao custo de aquisição, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufera uma renda.
e) Imobilizado (Nota 14)
São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.
f) Ativo intangível (Nota 15)
O ativo intangível compreende:
• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.
• Ágio incorporado - refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrentes da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia.
g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.
h) Redução ao valor recuperável
A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.
Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.
i) Demais ativos circulante e não circulante
São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.
j) Fornecedores (Nota 16)
Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.
k) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Nota 17 e 18)
Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
l) Provisões
São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
m) Demais passivos circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.
n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 9 e 27)
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis, segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Em 23 de março de 2010, a Companhia obteve, junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/2010, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2010. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A, de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

o) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão, aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 19.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial.

p) Capital social (Nota 23.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

q) Dividendos (Nota 23.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de swap e hedge, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

s) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 2.3.o.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Perda ou ganho de receita - baixa renda; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; e Planos de benefícios pós-emprego.

t) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou ainda, a um instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento
- Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis
- Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.
- Instrumentos financeiros de derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (trade date) pelo seu valor justo. Subsequentemente, este valor justo é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do período. O reconhecimento das variações de valor justo destes derivativos, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

u) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

v) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

x) Contratos de concessão

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu em 2009, a interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de 1º de janeiro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A ICPC 01 é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplicam-se os dois modelos.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

3. Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 e 2010 na data de transição

3.1. Reconciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	107.027		107.027
Consumidores e concessionárias	309.593	(38.141)	271.452
Impostos e contribuições sociais	77.804	7.733	85.537
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.386	(23.386)	-
Estoques	5.637		5.637
Cauções e depósitos vinculados	1.801		1.801
Despesas pagas antecipadamente	547		547
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	52.041	(52.041)	-
Outros créditos	25.972	(936)	25.036
	603.808	(106.771)	497.037
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável		138.299	138.299
Consumidores e concessionárias	20.297	(10.982)	9.315
Impostos e contribuições sociais	11.089		11.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	206.144	33.666	239.810
Partes relacionadas	4.719		4.719
Cauções e depósitos vinculados	83.964		83.964
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	46.326	(46.326)	-
Outros créditos	2.594		2.594
	375.133	114.657	489.790
	4.982	60	5.042
Investimentos Imobilizado Intangível	985.834	(985.561)	273
	100.450	847.266	947.716
	1.091.266	(138.235)	953.031
	2.070.207	(130.349)	1.939.858
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			
Fornecedores	144.055		144.055
Impostos e contribuições sociais	96.383	(18.297)	78.086
Dividendos	106.645	(85.250)	21.395
Debêntures	90.401	(41)	90.360
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	28.334		28.334
Benefícios pós-emprego	3.835		3.835
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	11.285	(11.285)	-
Obrigações estimadas com pessoal	15.469	(937)	14.532
Encargos regulamentares e setoriais	69.248		69.248
Outras contas a pagar	56.752	(8.164)	48.588
	622.407	(123.974)	498.433

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Passivo e Patrimônio Líquido Não circulante			
Debêntures	424.497	332	424.829
Empréstimos e financiamentos	183.825		183.825
Benefícios pós-emprego	44.424	7.169	51.593
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	10.858	(10.858)	-
Partes relacionadas	941		941
Encargos regulamentares e setoriais	2.261		2.261
Provisões	62.501	69	62.570
Outras contas a pagar	33.349	(32.861)	488
	762.656	(36.149)	726.507
Patrimônio Líquido			
Capital social	376.022		376.022
Reservas de capital	101.035		101.035
Reservas de lucros	208.087	85.250	293.337
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.732)	(4.732)
Prejuízos acumulados		(50.744)	(50.744)
	685.144	29.774	714.918
Total do passivo e patrimônio líquido	2.070.207	(130.349)	1.939.858
3.2. Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009			
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	108.157		108.157
Consumidores e concessionárias	372.720	(36.708)	336.012
Impostos e contribuições sociais	108.048	4.526	112.574
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.079	(37.079)	-
Estoques	3.903		3.903
Cauções e depósitos vinculados	49		49
Despesas pagas antecipadamente	498		498
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	44.142	(44.142)	-
Outros créditos	62.418	(1.264)	61.154
	737.014	(114.667)	622.347
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável		178.981	178.981
Consumidores e concessionárias	32.734	(19.215)	13.519
Impostos e contribuições sociais	10.769		10.769
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180.218	51.066	231.284
Partes relacionadas	1.241		1.241
Cauções e depósitos vinculados	74.036		74.036
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	18.100	(18.100)	-
Outros créditos	1.589		1.589
	318.687	192.732	511.419
	3.973	55	4.028
Investimentos Imobilizado Intangível	1.039.791	(1.039.518)	273
	122.222	872.294	994.516
	1.165.986	(167.169)	998.817
	2.221.687	(89.104)	2.132.583
	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			
Fornecedores	173.489		173.489
Impostos e contribuições sociais	108.224	(7.077)	101.147
Dividendos	111.797	(77.159)	34.638
Debêntures	88.749	79	88.828
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	35.593		35.593
Benefícios pós-emprego	6.170		6.170
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	24.293	(24.293)	-
Devolução tarifária	9.096	(9.096)	-
Obrigações estimadas com pessoal	17.602	(1.268)	16.334
Encargos regulamentares e setoriais	73.815		73.815
Provisões	1.282	15	1.297
Outras contas a pagar	76.440	(3.830)	72.610
	726.550	(122.629)	603.921
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	35.789		35.789
Debêntures	337.017	524	337.541
Empréstimos e financiamentos	270.853		270.853
Benefícios pós-emprego	36.651	32.219	68.870
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	4.505	(4.505)	-
Partes relacionadas	1.096		1.096
Encargos regulamentares e setoriais	6.495		6.495
Provisões	32.102	59	32.161
Outras contas a pagar	32.422	(31.030)	1.392
	756.930	(2.733)	754.197
Patrimônio Líquido			
Capital social	376.022		376.022
Reservas de capital	101.035		101.035
Reservas de lucros	261.150	77.159	338.309
Ajustes de avaliação patrimonial		(21.265)	(21.265)
Prejuízos acumulados		(19.636)	(19.636)
	738.207	36.258	774.465
Total do passivo e patrimônio líquido	2.221.687	(89.104)	2.132.583

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.3 - Reconciliação da demonstração do resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado ao CPC
Receita operacional líquida	1.373.019	(19.041)	1.353.978
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(664.033)	44.694	(619.339)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(138.766)	6.251	(132.515)
	(802.799)	50.945	(751.854)
Custo de operação			
Pessoal	(59.530)		(59.530)
Materiais e serviços de terceiros	(79.730)		(79.730)
Depreciações e amortizações	(87.014)		(87.014)
Outros custos de operação	(7.846)		(7.846)
	(234.120)		(234.120)
	(1.036.919)	50.945	(985.974)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.335)		(1.335)
Lucro operacional bruto	334.765	31.904	366.669
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(25.993)		(25.993)
Despesas gerais e administrativas	(86.252)	(134)	(86.386)
Depreciações e amortizações	(2.655)	(283)	(2.938)
Outras despesas operacionais	(6.460)	377	(6.083)
	(121.360)	(40)	(121.400)
Resultado do serviço	213.405	31.864	245.269
Receitas financeiras	53.533	3.427	56.960
Despesas financeiras	(110.823)	11.847	(98.976)
Resultado financeiro	(57.290)	15.274	(42.016)
Outras receitas	42		42
Outras despesas	(3.346)		(3.346)
Outros resultados	(3.304)	-	(3.304)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	152.811	47.138	199.949
Imposto de renda e contribuição social correntes	(16.463)	(16.030)	(32.493)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.233)		(12.233)
	(28.696)	(16.030)	(44.726)
Lucro líquido do exercício	124.115	31.108	155.223

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo

Circulante e Não Circulante

Consumidores e concessionárias: baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir a estrutura conceitual dos CPCs.

Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: reclassificação do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32 e impactos decorrentes pela adoção dos demais CPCs.

Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A": baixa dos valores referentes aos ativos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir a estrutura conceitual dos CPCs.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias passando a retificar a rubrica de Obrigações estimadas com pessoal, em atendimento a adoção do CPC 33.

Ativo financeiro indenizável: reclassificação por conta da adoção da ICPC 01, da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão que terá seu valor recuperado por reembolso pelo Poder Concedente ao final do prazo da concessão.

Investimentos: Reclassificação de itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28.

Imobilizado: (i) capitalização de juros referente à aplicação do CPC 20; (ii) reclassificação dos ativos da infraestrutura da concessão para ativo intangível e ativo financeiro indenizável, em decorrência da adoção da ICPC 01; e (iii) reclassificação de alguns itens que cumprem com a definição de propriedade para investimento conforme CPC 28.

Intangível: (i) reconhecimento das licenças de operação pela adoção do CPC 25 e (ii) reclassificação da parcela dos ativos da infraestrutura da concessão que terá seu valor recuperado pela cobrança de tarifa por conta da adoção da ICPC 01.

Passivo

Circulante e Não Circulante

Impostos e contribuições sociais: ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

Dividendos: reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção do ICPC 08.

Debêntures: o método de amortização dos custos antecipados era considerado de forma linear e passou a acompanhar a curva de amortização da captação a qual se referem.

Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A": baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Devolução tarifária: baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias, anteriormente classificados na rubrica de Outros Créditos, passando a retificar essa rubrica, em decorrência da adoção do CPC 33.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirmos com as definições do CPC 25.

Benefícios pós-emprego: os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, no exercício em que ocorrem de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33.

Outras contas a pagar: baixa dos valores referentes aos passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Patrimônio Líquido

Reservas de lucros: Reclassificação para essa rubrica da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

Ajustes de avaliação patrimonial: Os ganhos e perdas atuariais anteriormente reconhecidos no resultado do exercício pelo método do corredor passaram a ser reconhecidos integralmente nessa rubrica, de acordo com o método alternativo previsto no CPC 33.

Lucros acumulados: (i) inclui as baixas dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs; e (ii) capitalização de juros referente a aplicação do CPC 20.

Resultado

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) capitalização de juros e amortização do intangível correspondente a aplicação do CPC 20; (ii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; e (iii) baixa dos valores referentes aos ativos e passivos regulatórios, não reconhecidos por não cumprir com a estrutura conceitual dos CPCs.

Revisão tarifária periódica

ANEEL, em Reunião Pública de Diretoria, ocorrida em 4 de agosto de 2010, aprovou o relatório que autorizou a revisão média das tarifas da Companhia, em 7,19% para o período de 7 de agosto de 2010 a 6 de agosto de 2011, englobando todas as classes de consumo. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste médio nas tarifas de energia elétrica é de 0,21%.

As principais alterações introduzidas são: (i) Empresa de Referência passa de R\$209.800 para R\$269.300; (ii) componente Xe, do Fator X, passa de 0,00% para 0,95% a ser utilizado nos reajustes tarifários de agosto/2011 e agosto/2012; e (iii) Base de Remuneração Regulatória Líquida de R\$952.500 para R\$1.297.100.

A realização da Revisão Tarifária Periódica - RTP está prevista no Contrato de Concessão e considera as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares, no contexto nacional e internacional, e os estímulos à eficiência e à modicidade tarifária.

O processo de revisão tarifária é realizado em duas etapas. Na primeira etapa, denominada reposicionamento tarifário, são estabelecidas tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes - para um dado nível de qualidade do serviço - e com uma remuneração justa e adequada sobre investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator X, que é o estabelecimento de metas de produtividade para o período tarifário seguinte.

As novas tarifas praticadas pela Companhia, já incorporam os efeitos da nova metodologia proposta no Termo de Aditivo aprovada pela ANEEL em Reunião Pública de Diretoria do dia 2 de fevereiro de 2010.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	43.637	67.445
Aplicações financeiras - renda fixa	112.402	40.712
Total	156.039	108.157

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 101,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, é baseado nas cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

6. Consumidores e concessionárias

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009 Ajustado
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	35.774	39.281	7.368	82.423	(7.788)	74.635	76.151
Industrial	20.196	10.047	2.326	32.569	(2.366)	30.203	30.669
Comércio, serviços e outras atividades	29.094	11.076	2.692	42.862	(3.013)	39.849	40.825
Rural	8.139	6.625	3.345	18.109	(1.164)	16.945	20.420
Poder público							
Federal	1.992	81	16	2.089		2.089	2.257
Estadual	2.868	209	65	3.142	(39)	3.103	2.989
Municipal	4.095	1.619	224	5.938	(147)	5.791	6.298
Iluminação pública	4.554	1.554	310	6.418	(100)	6.318	5.052
Serviço público	4.590	407	1.571	6.568	(21)	6.547	5.721
Fornecimento não faturado	78.249			78.249		78.249	88.122
Parcelamentos de débitos	12.625	5.186	28.619	46.430	(37.471)	8.959	21.548
(-) Ajuste a valor presente	(217)			(217)		(217)	(225)
Outros créditos	28.578			28.578		28.578	28.615
	230.537	76.085	46.536	353.158	(52.109)	301.049	328.442
Concessionárias							
Suprimento	13.499			13.499		13.499	4.710
Energia de curto prazo	11.193			11.193		11.193	827
Encargos de uso da rede elétrica	1.921			1.921		1.921	2.029
Outros	4			4		4	4
	26.617	-	-	26.617	-	26.617	7.570
Total circulante	257.154	76.085	46.536	379.775	(52.109)	327.666	336.012
Não circulante							
Parcelamentos de débitos	18.241			18.241		18.241	18.254
(-) Ajuste a valor presente	(3.368)			(3.368)		(3.368)	(4.735)
Total não circulante	14.873	-	-	14.873	-	14.873	13.519

6.1 - Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor.

6.2 - Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 a taxa é de 15,07% a.a., afetando positivamente o resultado do exercício em R\$1.376 (positivamente em R\$1.671 em 2009).

7. Despesas pagas antecipadamente

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Prêmio de seguros	679	498
Outros	127	
Total	806	498

8. Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	71.174	43.571		
ICMS	13.323	7.565	10.198	10.769
PIS e COFINS	17.120	13.171		
PIS e COFINS - COSIT 27 (Nota 12)	37.441	46.620		
Outros	1.796	1.647		
Total	140.854	112.574	10.198	10.769

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	37.382	7.889		
ICMS	51.064	48.265		
PIS e COFINS	24.267	19.812		
IRRF sobre juros s/capital próprio	6.526	6.112		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	27.278	15.338	40.916	35.789
Outros	3.624	3.731		
Total	150.141	101.147	40.916	35.789

8.1 - PIS e COFINS - COSIT 27

O saldo de R\$37.441 (R\$46.620 em 2009) refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu um passivo circulante inicialmente de igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão reduzindo a alíquota efetiva do PIS e da COFINS a ser cobrada no futuro (Nota 12).

No exercício de 2011 será realizada a compensação do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil. A devolução através da redução da alíquota efetiva do PIS e da COFINS aos consumidores teve início em dezembro de 2010, no montante de R\$1.839.

8.2 - Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09, o que gerou uma redução de passivos contingentes, relativos a processos de natureza tributária na esfera federal.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2010	31/12/2009
Composição - Passivo		
Imposto de renda e contribuição social	38.931	26.216
PIS/COFINS	3.599	3.303
INSS	25.545	21.495
Outros	119	113
Total	68.194	51.127

Do montante total desta adesão, parte será amortizada através de compensação com recursos de depósitos judiciais no montante de R\$59.542 e parte com créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no valor de R\$25.835. Caso ocorra algum saldo remanescente, este será amortizado em 30 parcelas.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

	Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
IRPJ sobre prejuízos fiscais	89.835	104.088
CSLL sobre base negativa	38.765	43.902
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias	39.187	36.135
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	29.604	31.421
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	23.663	15.738
Total	221.054	231.284

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	2019 a 2020	Não circulante
	35.092	59.007	34.276	30.601	34.144	21.133	6.801	221.054

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em	Ativo	Passivo	Receitas (despesas) no exercício		
					31/12/2010	31/12/2009	2010		
Outros créditos							2009		
Contrato de uso do sistema de distribuição	CESA Energest Santa Fé	01/08/2005 01/08/2005 20/03/2009	01/08/2005 a 17/07/2025 01/08/2005 a 17/07/2025 20/03/2009 a 17/07/2025		158 599 39	15 70	1.881 6.652 496	2.538 97	
Partes relacionadas							9.029	2.635	
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante CESA EDP Energias do Brasil Energest Enertrade	19/10/2007 19/10/2007 19/10/2007 19/10/2007 19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011 19/10/2007 a 07/12/2011 19/10/2007 a 07/12/2011 19/10/2007 a 07/12/2011 19/10/2007 a 07/12/2011		14 13	264 772 12	120 351	677 13	
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Ipueiras Energest Evrecy	01/08/2005 01/08/2005 13/05/2009	01/08/2005 a 31/08/2011 01/08/2005 a 31/08/2011 13/05/2009 a 12/05/2012		1 3			2	
Compra de energia elétrica	Lajeado Energia Santa Fé	01/03/2006 11/01/2007	01/03/2006 a 31/12/2038 11/01/2007 a 31/12/2038	126,69 144,40		31 37		17	
Fornecedores							14.818	1.096	
Contrato de mútuo - 104% do CDI	Bandeirante	29/05/2009	29/05/2009 a 29/08/2009					(1.865)	
Compra de energia elétrica	CESA CESA CESA EDP Lajeado Enerpeixe Energest Energest Energest Energest Enertrade Lajeado Energia Lajeado Energia Lajeado Energia Santa Fé	01/08/2001 01/11/2002 01/11/2007 01/03/2006 23/12/2002 16/12/2004 16/12/2004 15/09/2005 01/03/2006 27/02/2008 01/03/2006 01/03/2006 01/03/2006 11/01/2007	01/08/2001 a 17/07/2025 01/11/2002 a 17/07/2025 01/11/2007 a 17/07/2025 01/03/2006 a 31/12/2037 23/12/2002 a 31/01/2016 01/01/2005 a 31/12/2012 01/01/2006 a 31/12/2013 01/01/2008 a 31/12/2015 01/01/2008 a 31/12/2037 01/03/2009 a 31/12/2009 01/01/2008 a 31/12/2037 01/01/2009 a 31/12/2038 01/01/2009 a 31/12/2038 01/01/2009 a 31/12/2038 01/01/2009 a 31/12/2038	174,05 161,11 158,81 158,17 73,85 82,89 99,13 142,31 141,09 142,31 132,52 151,05		458 1.776 3.042 9.131 169 64 37 6 4 7 21 39 57 7	453 1.758 3.012 9.024 140 52 30 40 7.583 4 253	(3.985) (18.910) (23.161) (69.727) (1.232) (468) (271) (41) (30) (53) (173) (281) (383) (1.159)	(3.904) (18.515) (23.514) (70.860) (74) (59.123) (20) (40) (120) (281) (693) (1.170)
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				80	(693)	
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025				253	(1.170)	
Total					827	1.311	14.938	23.521	

10.1 - Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A.

10.2 - Remuneração dos administradores

10.2.1 - Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês:

Proporção de cada elemento na remuneração total no exercício de 2010

Conselho de Administração
Remuneração Fixa: 100%
Diretoria
Remuneração Fixa: 80%
Remuneração Variável: 20%
Conselho Fiscal
Não se aplica

10.2.2 - Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
2010			
Número de membros	6	4	10
Remuneração fixa anual (em R\$)	54.000	1.368.931	1.422.931
Salário ou pró-labore	54.000	1.368.931	1.422.931
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	346.296	346.296
Bônus	n/a	346.296	346.296
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a
Total da remuneração, por órgão	54.000	1.715.227	1.769.227

10.2.3 - Remuneração Média do Conselho de Administração e da Diretoria no exercício de 2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
2010		
Número de membros	6	4
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	n/a	861.496
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	n/a	57.346
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	n/a	428.807

Dos 6 Conselheiros de Administração da Companhia, apenas 1 é remunerado

9.1 - Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/12/2010		31/12/2009	
		IRPJ	CSLL	Total	Total
Prejuízos Fiscais	359.343	89.835		89.835	106.318
Base Negativa da Contribuição Social	430.724		38.765	38.765	44.705
		89.835	38.765	128.600	151.023

Diferenças Temporárias

Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.545	6.886	2.479	9.365	2.783
Benefício pós-emprego	30.742	7.686	2.767	10.453	14.558
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	53.623	13.405	4.824	18.229	18.100
Provisão para Perdas em Estoques	3.352	838	302	1.140	516
Provisão para bônus empregados					178
Total diferenças temporárias	28.815	10.372	39.187	36.135	36.135

Ágio incorporado

	87.069	21.768	7.836	29.604	31.421
Diferenças Temporárias - RTT					
Consumidores - ajuste a valor presente	3.584	896	323	1.219	1.686
Imobilizado em serviços - Intangíveis	34	9	3	12	64
Benefícios a empregados - CPC 33	65.986	16.495	5.937	22.432	10.955
Total diferenças temporárias - RTT	17.400	6.263	23.663	12.705	12.705

Total Ativos/Passivos Diferidos

	157.818	63.236	221.054	231.284
--	---------	--------	---------	---------

A mutação do Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício, foi registrado em contrapartida a crédito do Patrimônio líquido no montante de R\$7.311 e a débito do Resultado do exercício no montante de R\$17.541, respectivamente.

9.2 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação em abril de 2005 da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$ 1.974 até o ano de 2025 (Nota 15.2).

9.3 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto ao crédito relacionado ao ágio, mencionado na nota 9.1, será realizado financeiramente até 2025, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e coligadas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão apresentados como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
11. Cauções e depósitos vinculados										
Depósitos judiciais		Nota 8.2 e 22								
Cauções e depósitos vinculados					39	49			351	2.047
Total					39	49			95.286	74.036
12. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo										
Outros créditos - Ativo										
Adiantamentos a empregados					254	338				
Adiantamentos a fornecedores					520	425				
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 12.1)					12.780	12.790				
Dispêndios a reembolsar					2.925	2.514				
Programa eficiência energética					420	3.568		857		1.520
RGR a compensar						62				
Serviços em curso (Nota 12.2)					30.167	23.550				
Serviços prestados a terceiros					4.547	3.839				
Tributos e consignações sobre folha						1.809				
Desativações e alienações em curso					7.961	8.102				69
Outros					3.716	4.157				
Total					63.290	61.154			857	1.589
Outras contas a pagar - Passivo										
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos						284				
Contribuição de iluminação pública					12.052	10.877				
Creddores diversos - consumidores					4.932	4.948				
Folha de pagamento					1.438	1.766				
Juros sobre empréstimo compulsório					358	373				
Arrecadação de terceiros a repassar					3.811	7.676				
Devolução PIS/COFINS										
COSIT 27 (Nota 8.1)					31.770	46.620				
Outras					212	66		1.076		1.392
Total					54.573	72.610		1.076		1.392

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.1 - Modicidade - baixa renda

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial da Companhia.

12.2 - Serviços em curso

Referem-se aos custos dos serviços prestados a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia, relacionados diretamente ao objeto da

concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso.

13. Ativo financeiro indenizável

O saldo de R\$242.520 em 31 de dezembro de 2010 (R\$178.981 em 2009) refere-se a crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros refletem o saldo remanescente do ativo intangível não amortizável após o final do prazo de concessão e são calculados com

base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão, que serão reversíveis no final da concessão. O registro contábil desse ativo financeiro foi em contrapartida do ativo não circulante rubrica Intangível.

14. Imobilizado

Referem-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão, e o saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$273 (R\$273 em 2009).

15. Intangível

	Custo histórico	31/12/2010 Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2009 Valor líquido Ajustado
Direito de concessão - Infraestrutura				
Em serviço	1.798.166	(887.392)	910.774	890.632
Em curso	96.346		96.346	103.884
Atividades não vinculadas à concessão				
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.964		103.964	103.964
(-) Provisão para manutenção de dividendos	(103.964)		(103.964)	(103.964)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	16.894		16.894	11.550
(-) Amortização acumulada do ágio	(16.894)		(16.894)	(11.550)
	1.894.512	(887.392)	1.007.120	994.516

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009 Ajustado	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassif.	Valor líquido em 31/12/2010
Intangível em serviço							
Direito de concessão - Infraestrutura	890.632	2.311	126.507	(103.332)	(10.928)	5.584	910.774
Intangível em curso							
Direito de concessão - Infraestrutura	103.884	185.514	(195.796)		(151)	2.895	96.346
Total	994.516	187.825	(69.289)	(103.332)	(11.079)	8.479	1.007.120

15.1 - Capitalização de encargos de dívidas

A Companhia procedeu a capitalização de encargos financeiros no montante de R\$18.106, retroativos a 1º de janeiro de 2009, tendo sido registrado o valor de R\$12.024 relativos ao exercício de 2009 a crédito do Patrimônio líquido na rubrica de lucros acumulados e R\$6.082 relativos ao exercício de 2010 a crédito de Despesas financeiras.

15.2 - Ágio - Incorporação de sociedade controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão e é amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, cujo teste de recuperação efetuado de acordo com o CPC 01, no exercício de 2010 não indicou perda de valor a ser reconhecida (Nota 9.2).

16. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Suprimento de energia elétrica	99.569	87.561
Energia livre (Nota 16.1)	26.410	22.442
CCEE (compra de energia de curto prazo)	1.401	1.489
Encargos de uso da rede elétrica	18.215	16.574
Encargos de serviços de sistema	4.003	244
Materiais e serviços	48.280	45.179
Total	197.878	173.489

16.1 - Energia livre

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517, de 26 de agosto de 2010, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela Taxa SELIC mensal a ser liquidado até 30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia, encontra-se suspenso, por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que o pedido de liminar formulado no autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADÉE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$3.038 em contrapartida a despesa financeira (R\$17.613 em 2009). O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$26.410 (R\$22.442 em 2009).

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009 Ajustado	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custo de transação	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante	88.828	(88.000)	(37.480)	37.025	87.949	171	88.493
	88.828	(88.000)	(37.480)	37.025	87.949	171	88.493
Não circulante	337.541	-	-	-	(87.949)	-	249.592
	337.541	-	-	-	(87.949)	-	249.592

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas nos contratos de debêntures.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Custo da dívida de 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e 4,5% a.a. fixo	31/12/2010				31/12/2009			
		Circulante	Encargos Não circulante	Circulante	Principal Não circulante	Encargos Circulante	Circulante	Principal Não circulante	
BNDES - BB/CALC		937		10.090	93.700	199		103.790	
(-) BNDES -CALC - Custos de transação				(44)	(112)		(29)	(183)	
Eletrobrás	5% a.a. + 1% a.a. (tx. adm.)			10.800	88.286	110	11.242	96.112	
Cédula de Crédito Bancário	105% do CDI	1.390		8.080	24.240	1.402	8.080	32.320	
Nota de Crédito Comercial	100% do CDI	372	6.621	7.000	124.500				
(-) Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação				(437)	(1.323)				
BNDES	4,8% a.a. acima da TJLP					21	3.280		
BNDES - Banco do Brasil	3,3% a.a. acima da TJLP	77		5.545	13.862	99	5.545	19.407	
BNDES - Banco Santander	3,3% a.a. acima da TJLP	77		5.545	13.862	99	5.545	19.407	
Total		2.853	6.621	46.579	357.015	1.930	33.663	270.853	

BNDES

(i) Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco Alfa, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2006 foram liberados recursos no montante de R\$17.320. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,8% a.a. + TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 15 de setembro de 2010.

(ii) BNDES contrato nº 88.426/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R\$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se

a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

(iii) BNDES contrato nº 88.426/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008 no valor de R\$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

não devidamente elidido pela mesma no prazo legal; (iv) falência formulado pela Emissora; (v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta; (vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e (vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

2ª emissão de debêntures

Em 2 de julho de 2007 foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinadas, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foram lançadas o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$250.000 com prazo de vigência de 7 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 1/3 em 2 de julho de 2013 e a terceira, de 1/3, em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,0% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de janeiro de 2008 e o último em 2 de julho de 2014.

Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento dos Sênior Notes emitidos pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007.

O contrato apresenta cláusulas prevendo rescisão nas mesmas hipóteses já descritas acima para a primeira emissão.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2012	83.098
2013	83.189
2014	83.305
Total	249.592

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R\$40.400, sendo R\$20.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$20.200 junto ao Banco Santander S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014, e juros semestrais vencíveis a partir de 9 de agosto de 2007 a 10 de fevereiro de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas as instituições financeiras.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial – Contrato firmado em 24 de junho de 2010, no valor de R\$135.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 28 de junho de 2010. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros vencíveis em 10 parcelas semestrais, sendo a primeira em 29 de novembro de 2010 e a última em 29 de maio de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, calculados semestralmente.

Eletrobrás Programa Luz para Todos

(i) 1ª etapa - Contrato ECFS 031/04 - Linha de crédito no valor de R\$30.968, a título de financiamento RGR, R\$4.764 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R\$4.764 a título de subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 21 de maio de 2004, sendo que foram liberados a título de financiamento recursos no montante de R\$9.290 em 2004, R\$6.194 em 2005, R\$4.150 em 2006, R\$3.095 em 2008, totalizando R\$22.729 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R\$2.230 em 2004, R\$4.417 em 2005, R\$638 em 2006, R\$169 em 2008, totalizando R\$7.454. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de outubro de 2004. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir do dia 30 de agosto de 2006 até 30 de julho de 2016 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(ii) 2ª etapa - Contrato ECFS 106/05 - Linha de crédito no valor de R\$50.304, a título de financiamento RGR, R\$7.739 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás e R\$7.739 a título de subvenção econômica concedida pelo Governo do Estado do Espírito Santo - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 20 de novembro de 2005, sendo que foram liberados a título de financiamento recursos no montante de R\$15.091 em 2006, R\$20.122 em 2007 e R\$1.900 em 2010 totalizando R\$37.113 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R\$5.522 em 2006, R\$6.096 em 2007 e R\$415 em 2008 totalizando R\$12.033. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2006. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir de 30 de maio de 2008 até 30 de abril de 2018 com garantia de vinculação da receita própria e

notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(iii) 3ª etapa - Contrato ECFS 181/07 - Linha de crédito no valor de R\$75.764, a título de financiamento RGR e R\$10.102 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 25 de junho de 2007, sendo que foram liberados recursos a título de financiamento no montante de R\$42.933 em 2008. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir do dia 30 de abril de 2008. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir de 30 de abril de 2010 até 30 de março de 2020 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

(iv) 4ª etapa - Contrato ECFS 258/09 - Linha de crédito no valor de R\$56.737, a título de financiamento RGR e R\$7.565 a título de subvenção econômica concedida pela Eletrobrás - Programa instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás. Contrato firmado em 28 de agosto de 2009 sendo que foram liberados a título de financiamento, recursos no montante de R\$17.021 em 2009 e foram liberados a título de subvenção econômica recursos no montante de R\$2.270 em 2009. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente a partir de 30 de janeiro de 2010. As prestações do principal serão exigíveis mensalmente a partir de 30 de janeiro de 2012 até 30 de dezembro de 2021 com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

Programa Reluz

(i) Contrato ECF 2313/04, firmado em 6 de julho de 2004. Linha de crédito no valor de R\$2.647 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$265, R\$476, R\$529 e R\$838 em 14 de outubro de 2004, 24 de maio de 2005, 8 de setembro de 2005 e 4 de setembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2004. O saldo devedor será pago em 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 28 de fevereiro de 2006 e a última em 28 de fevereiro de 2010. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 28 de fevereiro de 2010.

(ii) Contrato ECF 2314/04, firmado em 6 de julho de 2004. Linha de crédito no valor de R\$8.823 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$882, R\$2.972, R\$1.323 e R\$2.175, em 14 de outubro de 2004, 24 de maio de 2005, 8 de setembro de 2005 e 4 de setembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de janeiro de 2005 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 28 de fevereiro de 2005 e a última em 30 de janeiro de 2011. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iii) Contrato ECF 2472/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$306 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$31 em 11 de outubro de 2007. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de julho de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de outubro de 2008 e a última em 30 de outubro de 2011. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(iv) Contrato ECF 2488/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$261 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$26 e R\$188 em 11 de outubro de 2007 e 11 de novembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de novembro de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a última em 30 de dezembro de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(v) Contrato ECF 2500/05, firmado em 12 de julho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$380 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$38 e R\$256, em 11 de outubro de 2007 e 11 de novembro de 2008, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 30 de novembro de 2008 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a última em 30 de dezembro de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(vi) Contrato ECF 2481/05, firmado em 30 de setembro de 2008. Linha de crédito no valor de R\$1.230 a título de financiamento. Foram liberados recursos no valor de R\$123 e R\$801, em 29 de dezembro de 2009 e 21 de maio de 2010, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem juros de 5% a.a. que será capitalizado até 30 de dezembro de 2011 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2012 e a última em 30 de dezembro de 2016. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria. Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda Nacional	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante		
2011		49.432
		49.432
Não circulante		
2012		55.375
2013		55.403
2014		49.795
2015		139.520
2016		28.580
2017		16.130
2018		8.044
2019		5.981
Após 2019		4.808
		363.636
Total		413.068

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Custo de transação	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante	35.593	1.234	(38.278)	(21.539)	22.465	(25)	50.463	(481)	49.432
	35.593	1.234	(38.278)	(21.539)	22.465	(25)	50.463	(481)	49.432
Não circulante	270.853	135.805			6.621	25	(50.463)	795	363.636
	270.853	135.805			6.621	25	(50.463)	795	363.636

19 - Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo à Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

19.1 - Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

19.1.1 - Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev-Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

19.1.2 - Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev-Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

19.1.3 - Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", sob gestão da EnerPrev-Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc, o Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano. Além deste, o PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A., onde o Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$314 (R\$163 em 2009).

Esse plano tem a adesão de 159 colaboradores.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial	(132.626)	200.084	67.458	(120.453)	187.553	67.100
Custo do serviço corrente	(217)		(217)	(262)		(262)
Custo dos juros	(14.194)		(14.194)	(12.929)		(12.929)
Rendimento esperado dos ativos		22.312	22.312		22.450	22.450
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	(7.782)	28.137	20.385	(9.016)		(9.016)
Contribuições pagas pela empresa		144	144		115	115
Contribuições pagas pelos empregados	(166)	166		(116)	116	
Benefícios pagos pelo plano	11.771	(11.771)		10.150	(10.150)	
Saldo final	(143.214)	239.072	95.858	(132.626)	200.084	67.458

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em regulamento de cada plano de benefícios.

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(28.137)	(1.972)	19.700	(8.562)	(5.171)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-11,77%	-0,99%	10,50%	-3,90%	-2,60%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	7.782	9.016	(8.448)	12.582	10.766
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	5,43%	6,80%	-7,01%	10,11%	9,00%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações sem cobertura	(143.214)	(132.626)	(120.453)	(124.413)	(119.591)
Valor justo dos ativos	239.072	200.084	187.553	219.500	198.889
Situação do plano	95.858	67.458	67.100	95.087	79.298

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Alocação %	31/12/2010		31/12/2009	
		Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Títulos de dívida	46,38	3	845	3	879
Ações	52,06		11		10
Imóveis	0,58		207		204
Outros	0,98	726	1.063	730	1.093
Total	100,00	729	1.063	733	1.093

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2010		2009	
	Meta de alocação %	Expectativa de retorno %	Meta de alocação %	Expectativa de retorno %
Títulos de dívida	82,40	11,20	70,00	10,75
Ações	14,40	13,29	20,00	13,25
Imóveis	0,60	11,20	10,00	10,75
Outros	2,60	10,77	0,00	0,00
Total	100,00	11,49	100,00	11,25

O retorno real dos ativos do plano, no exercício, foi de R\$50.449, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$22.312, ocasionando assim um ganho atuarial de R\$28.137.

Apresenta-se a seguir, a demonstração do número de participantes do Plano:

Econômicas	2010		2010	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto		10,75% a.a.		10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos		11,49% a.a.		11,49% a.a.
Crescimentos salariais futuros		5,55% a.a.		5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios		4,50% a.a.		4,50% a.a.
Inflação		4,50% a.a.		4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT 2000		RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos		RP 2000 Disabled		RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez		Wyatt 85 Class 1		Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade		Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios		Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2009		
Econômicas	Plano I	Plano II	
Taxa de desconto	11,20% a.a.	11,25% a.a.	
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,25%a.a.	11,25%a.a.	
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.	
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	
Demográficas			
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Geracional	
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	

19.2 - Auxílio incentivo a aposentadoria, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados

	Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA	582	582	2.646	2.543
Assistência médica e Seguro de vida	7.780	5.588	85.717	66.327
Total	8.362	6.170	88.363	68.870

Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2010 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos: Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC nº 33, do

Ajustes de experiência com obrigações do plano

(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações
 Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano

Situação do plano

Valor presente das obrigações totalmente descobertos
 Situação do plano

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria

	Pressupostos centrais		Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Obrigação de Benefício definido	118.051	132.013	106.245	106.245
Custo dos juros	6.342	6.915	5.839	5.839

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2010		2009		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Assistência médica	
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,5% a.a. em 2011, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2019	n/a	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas					
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	0%	0%	n/a	0%	0%

20 - Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010	31/12/2009
Folha de pagamento	13.286	14.203
INSS e FGTS	2.447	2.131
Total	15.733	16.334

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultado do exercício.

21 - Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Quota de reserva global de reversão - RGR	8.133	1.542		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	8.333	1.500		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.652	6.006		
Encargos tarifários (ECE/ EAEET)	28.711	28.639		
Pesquisa e desenvolvimento	15.027	11.969	4.982	4.128
Programa de eficiência energética	34.414	23.882	239	2.367
Taxa de fiscalização - ANEEL	364	277		
Total	100.634	73.815	5.221	6.495

21.1 - Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL n°s 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008, respectivamente. A Companhia tem a obrigação de

	Passivo			
	Instâncias	Saldo em 31/12/2009 Reclassificado	Adições	Saldo em 31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	24.104	14.100	(665)
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	9.244	4.203	(2.700)
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	36	6.822	(6.526)
Total		33.384	25.125	(9.891)
Circulante		1.282		(17.410)
Não circulante		32.102		31.208
Total		33.384		31.208

22.1.2 - Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

22.1.3 - Cíveis

Refere-se principalmente a pleitos referentes a danos morais e materiais. Adicionalmente a Companhia efetuou, para fins de comparabilidade a reclassificação do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$1.282 relativo a provisão de penalidades por interrupções de fornecimento, anteriormente apresentado em outras obrigações no passivo circulante.

22.2 - Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras,

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

	2010	2009
	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente das obrigações do plano
Saldo inicial do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço Patrimonial	(75.040)	(55.428)
Custo do serviço corrente	(425)	(572)
Custo dos juros	(8.059)	(5.998)
Custo do serviço passado	(2.663)	
Custo especial por término de benefício	11.202	
Ganhos ou (perdas) atuariais reconhecidos no PL	(33.765)	(25.182)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	12.025	12.140
Saldo final do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço Patrimonial	(96.725)	(75.040)
Custo do serviço passado não reconhecido	(30.429)	
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	(127.154)	(75.040)

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o ano de 2011 são de R\$8.362. A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2010 e 2009 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	425	572
Custo dos juros	8.059	5.998
Custo do serviço passado	2.663	
Custo especial por término de benefício	(11.202)	
Total	(55)	6.570

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2010 da perda atuarial é de R\$65.984 (R\$32.219 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2009). Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2006
	33.765	25.182	(10.884)	1.601	(138)
	26,55%	33,56%	-19,64%	2,42%	-1,94%
Total	(127.154)	(75.040)	(55.428)	(66.045)	(7.131)
Total	(127.154)	(75.040)	(55.428)	(66.045)	(7.131)

		Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	118.051	132.013	106.245
Custo dos juros	6.342	6.915	5.839

	2010	2009
Aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.		
21.2 - Outros encargos		
A Lei nº 12.911 de 9 de dezembro de 2009, regulamentada pelos Ofícios circulares n°s 965/2010-SFF/ANEEL e 648/2010-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional (Nota 24).		
22 - Provisões		
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	31.208	33.384
Licenças ambientais	81	74
Total	31.289	33.458
Circulante	1.346	1.297
Não circulante	29.943	32.161
22.1 - Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - circulante e não circulante		
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.		
22.1.1 - Risco de perda provável		
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:		

	31/12/2010	31/12/2009
Ativo		
Depósito Judicial		
	31/12/2010	31/12/2009
Total	18.518	4.855

	31/12/2010	31/12/2009
Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - circulante e não circulante		
A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.		
22.1.1 - Risco de perda provável		
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:		

	Ativo			
	Depósito Judicial			
	Instâncias	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	42.278	39.387	3.230
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	33.339	36.732	600
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	94.371	36.869	3.134
Total		169.988	112.988	6.964

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2.1 - Cíveis

Majoração de tarifa Ação ordinária, relativo a majoração de tarifa de energia elétrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE n°s 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1996, em discussão na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2010, esse processo totaliza o montante de R\$1.731 (R\$1.597 em 2009).

22.2.2 - Fiscais

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a descon sideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados à título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações importam em R\$8.685 e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras - A Companhia discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R\$6.904 e aguardam decisão em primeira instância.

A Companhia possui ainda discussões administrativas relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como decorrentes de recolhimento a maior e saldo negativo de IRPJ e CSLL, que somam R\$57.241.

22.3 - Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010 é de R\$9.911 (R\$3.844 em 2009).

23 - Patrimônio líquido

23.1 - Capital social

O capital social de R\$376.022 em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Energias do Brasil S.A. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 - Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado, o valor dos Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	178.567
Ajuste de exercícios anteriores	(19.636)
Lucro líquido ajustado	158.931
Constituição da reserva legal - 5%	(7.947)
	150.984
Destinação do lucro:	
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	4.159
Dividendos	43.506
Dividendos intermediários - JSCP	43.506
Dividendo adicional proposto	103.319
Quantidade de ações	5.876.012
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	7,404001

24. Receita operacional líquida

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Fornecimento de energia elétrica						
Residencial	964.178	924.837	1.812.511	1.711.638	823.775	747.074
Industrial	11.220	10.788	1.064.096	954.979	373.095	342.893
Comércio, serviços e outras atividades	99.136	96.904	1.143.647	1.084.490	490.902	463.314
Rural	152.042	142.002	579.539	537.111	130.370	109.431
Poder público	9.516	9.360	219.483	210.935	94.125	89.022
Iluminação pública	344	341	219.142	216.165	49.424	46.980
Serviço público	1.094	1.024	173.470	163.855	52.721	48.827
Consumo próprio	162	160	9.128	8.994		
Total do fornecimento faturado	1.237.692	1.185.416	5.221.016	4.888.167	2.014.412	1.847.541
(-) ICMS						
Residencial					(215.877)	(193.171)
Industrial					(84.481)	(83.523)
Comércio, serviços e outras atividades					(121.160)	(113.724)
Rural					(18.398)	(7.932)
Poder público					(15.897)	(14.975)
Iluminação pública					(12.355)	(11.744)
Serviço público					(13.101)	(12.075)
					(481.269)	(437.144)
Total do fornecimento faturado líquido de ICMS					1.533.143	1.410.397
Fornecimento não faturado					(8.724)	16.989
Modicidade tarifária - baixa renda					22.929	21.508
Suprimento de energia elétrica	1	1	455.667	417.047	59.496	41.716
ECE e EAEEE						(3)
					1.606.844	1.490.607
Transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(1.162.158)	(1.117.166)
(-) ICMS sobre transferência para tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					278.874	262.598
Total do fornecimento de energia elétrica					723.560	636.039
Disponibilização do sistema de distribuição						
Tarifa de uso do sistema de distribuição - outros	38	34	3.762.436	2.716.277	362.850	298.535
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - outros					(95.816)	(74.009)
Tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					1.162.158	1.117.166
(-) ICMS sobre tarifa de uso do sistema de distribuição - clientes cativos					(278.874)	(262.598)
					1.150.318	1.079.094
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo					42.260	3.581
Serviços taxados e outros					29.555	(104)
Total de outras receitas operacionais					71.815	3.477
					1.945.693	1.718.610
(-) Deduções da receita						
PEE e P&D					(14.338)	(13.430)
Outros encargos					(15.089)	(12.582)
CCC					(79.274)	(61.935)
CDE					(67.829)	(72.075)
RGR					(22.989)	(17.397)
PIS/COFINS					(242.547)	(187.167)
ISS					(145)	(46)
					(442.211)	(364.632)
Total	1.237.731	1.185.451	9.439.119	8.021.491	1.503.482	1.353.978
(*) Não auditado						

25. Gastos operacionais

	Custo do serviço			Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	Outras
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Itaipu	148.161					
Leilão	443.793					
PROINFA	24.529					
Contratos bilaterais	120.170					
Energia de curto prazo - CCEE	4.574					
Outros supridores	16.847					
Encargo de uso e conexão	163.388					
Encargo - CCEE	37.953					
Programa de eficiência energética						
PIS/COFINS	(80.444)					
Taxa de fiscalização						3.761
	878.971	-	-	-	-	3.761
						882.732
						755.471

Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$43.506, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

23.3 - Reservas

	31/12/2010	31/12/2009
		Ajustado
Reservas de capital		
Juros de obras em andamento	65.687	65.687
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	35.348
	101.035	101.035
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Perda atuarial com benefícios pós-emprego	(65.984)	(32.219)
IRPJ/CSLL Diferido	22.435	10.954
	(43.549)	(21.265)
Reservas de lucros		
Legal	56.500	48.553
Retenção de lucros	212.597	212.597
Dividendo adicional proposto	103.319	77.159
Incentivos fiscais	4.159	
	376.575	338.309
Total	434.061	418.079

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, conforme mencionado na nota 2.3.n. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07.

23.3.1 - Juros de obras em andamento

Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por Despesa de remuneração das imobilizações em curso, decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e principalmente através da Portaria DNAEE 250/85, de 12 de dezembro de 1985, tendo sido registrada em contrapartida às reservas de capital no patrimônio líquido.

23.3.2 - Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se na contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a perdas e ganhos atuais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM n° 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

23.3.3 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei n° 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Ativos financeiros						
Aplicações Financeiras	CDI	6.627	8.284	9.941	4.970	3.314
Cauções e depósitos vinculados	CDI	106	133	159	80	53
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	24.928	31.160	37.392	18.696	12.464
Debêntures	CDI	68.428	85.535	102.642	51.321	34.214
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	5.900	7.375	8.850	4.425	2.950
Nota de crédito comercial - Banco do Brasil	CDI	48.570	60.713	72.855	36.428	24.285
Valor de referência						
CDI - 10,0%						
TJLP - 6,0%						

28.4 - Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 18.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 18. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

Obrigações contratuais	31/12/2010				
	Total	Venci-mentos em 2011	Venci-mentos de 2012 até 2014	Venci-mentos de 2015 até 2016	Venci-mentos acima de 2016
Debêntures	338.085	88.493	249.592		
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	413.068	49.432	160.573	168.100	34.963
	751.153	137.925	410.165	168.100	34.963
31/12/2009					
Obrigações contratuais	Total	Venci-mentos em 2010	Venci-mentos de 2011 até 2013	Venci-mentos de 2014 até 2015	Venci-mentos acima de 2015
Debêntures	426.369	88.749	254.109	83.511	
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	306.446	35.593	136.571	71.857	62.425
	732.815	124.342	390.680	155.368	62.425

28.5 - Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, consumidores e concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

O instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da estimativa integralmente contabilizada é a fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, podemos levar em face a composição de 13,20% de estimativas de não realização dos créditos conforme Nota 6.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes, anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2010
Subestações	360.803
Almoxarifados	32.029
Prédios e conteúdos (próprios)	7.783
Prédios e conteúdos (terceiros)	4.592
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	233.422

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Vice-Presidente

Conselheiros

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

MIGUEL DIAS AMARO

DANTE SEGUNDO PANCINI POLA

DIRETORIA

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Presidente

AGOSTINHO GONÇALVES BARREIRA
Diretor Vice-Presidente Executivo e Diretor Técnico e de Ambiente

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DONATO DA SILVA FILHO
Diretor de Regulação

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor de Sustentabilidade

CARLOS YOSHIO MOTOKI
Diretor Comercial

CARLOS SÉRGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137290/O-8 "S"-ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia

para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2011


KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-ES

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC SP-141128/O-2 S-ES